



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO DE 2010**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

**SÃO LUIS/MA, 31 DE MARÇO DE 2010**

**LISTA DE ABREVIações E SIGLAS**

DPF.....	Departamento de Polícia Federal
IN .....	Instrução Normativa
IPL .....	Inquérito Policial
LOA.....	Lei Orçamentária Anual
PAC .....	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB.....	Produto Interno Bruto
Port. ....	Portaria
PPA.....	Plano Plurianual
SR.....	Superintendência Regional
RG .....	Relatório de Gestão
SIASG.....	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI.....	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE .....	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN .....	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU .....	Tribunal de Contas da União
UG .....	Unidade Gestora
UO .....	Unidade Orçamentária
SR/DPF/MA .....	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão
DPF/CXA/MA.....	Delegacia de Polícia Federal em Caxias, Maranhão.
DPF/ITZ/MA.....	Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz, Maranhão
PEC .....	Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal

**LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC**

<b>Título</b>	<b>Página</b>
Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
Quadro 2 – Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade .....	17
Quadro 3 – Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações .....	19
Quadro 4 – Dados Gerais da Ação 2586 .....	22
Quadro 5 – Estatística Passaportes .....	22
Quadro 6 – Estatística do DEPOM.....	24
Quadro 7 – Dados Gerais da Ação 2679 .....	25
Quadro 8 – Estatística Produtos Químicos .....	26
Quadro 9 – Dados Gerais da Ação 2720 .....	27
Quadro 10 – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia.....	28
Quadro 11 – Dados Gerais da Ação 2726 .....	28
Quadro 12 – Dados Gerais da Ação 4572 .....	33
Quadro 13 – Cursos de Capacitação de Servidores.....	34
Quadro 14 – Dados do Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	37
Quadro 15 – Dados Gerais da Ação 8375 .....	38
Quadro 16 – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo .....	40
Quadro 17 – Dados Gerais da Ação 2000 .....	40
Quadro 18 – Dados Gerais da Ação 2003 .....	42
Quadro 19 – Despesas por Modalidade de Contratação .....	43
Quadro 20 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa .....	44
Quadro 21 – Evolução de Gastos Gerais.....	45
Quadro 22 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....	47
Quadro 23 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	48
Quadro 24 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade .....	50
Quadro 25 – Estatística das Delegacias .....	61
Quadro 26 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009 .....	62

Quadro 27 – Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .....	62
Quadro 28 – Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 .....	67
Quadro 31 – Declaração do Responsável pela Área de Contratos .....	76

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	6
1 – INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO .....	10
2 – OBJETIVOS E METAS.....	12
2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	12
2.1.2 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	14
2.2 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	14
2.3 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	17
2.3.1 – PROGRAMAS/AÇÕES .....	18
2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL .....	43
2.4.1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS .....	43
2.4.2 – INDICADORES DE DESEMPENHO .....	51
2.4.3 – ANÁLISE DO DESEMPENHO .....	55
3 – RECURSOS HUMANOS.....	62
4 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	66
5 – INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR - 2009.....	67
6 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES .....	69
7 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	70
8 – FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	71
9 – RENÚNCIA TRIBUTÁRIA .....	72
10 – OPERAÇÕES DE FUNDO .....	73
11 – DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	74
11.1 – RECOMENDAÇÕES DA CGU .....	74
11.2 – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....	74
12 – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS EM 2009.....	75
13 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELOS CONTRATOS E CONVÊNIOS .....	76
14 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES .....	77
15 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	92

## INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão (SR/DPF/MA) no exercício de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório de Gestão está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A SR/DPF/MA está estruturada em 03 (três) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, em São Luis, e pelas Delegacias de Polícia Federal em Caxias e Imperatriz.

A estrutura da SR/DPF/MA, em sua Sede, compõe-se em:

- a. Núcleo de Inteligência Policial – NIP
- b. Setor de Recursos Humanos – SRH
- c. Setor Técnico-Científico – SETEC
- d. Setor de Administração e Logística Policial – SELOG
  1. Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI (subordinado ao SELOG, através da Portaria nº 013/09-SR/DPF/MA)

2. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF
  3. Núcleo Administrativo – NAD
- e.** Delegacia Regional Executiva – DREX
1. Núcleo de Cartório – NUCART
  2. Núcleo de Operações – NO
  3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG
  4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV
  5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ
  6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST
  7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP
  8. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH
- f.** Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR
1. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT
  2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM
  3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE

Na SR/DPF/MA, foi instituído o Conselho Regional de Polícia (CRP), presidido pelo Superintendente Regional, tendo como demais membros o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, o Corregedor Regional, o Chefe do Núcleo de Inteligência Policial, o Chefe do Setor Técnico-Científico, o Chefe do Setor de Recursos Humanos, o Chefe do Setor de Administração e Logística Policial, participan-



do mensalmente os Chefes das Delegacias de Polícia Federal localizadas em Caxias e Imperatriz, que, reunidos ordinariamente uma vez por semana, tem por finalidade ouvir, consultar e orientar as atividades policiais e administrativas em geral e opinar nos assuntos de relevância institucional.

O Estado do Maranhão ocupa uma área de 332.170 km<sup>2</sup>, apresentando regiões com distintos tipos de vegetação. Tem características bastante peculiares, sendo que a leste encontra-se situado no Nordeste, enquanto no centro-norte e oeste faz parte da Região Amazônica, composta por grande biodiversidade florestal, que precisa ser constantemente protegida pela Polícia Federal em razão da ocorrência de graves crimes ambientais, como o desmatamento e o extrativismo vegetal. Não obstante, o Estado registra outros crimes de igualmente graves, como o tráfico nacional e internacional de entorpecentes, os praticados contra comunidades indígenas, desvios de recursos públicos, assaltos a bancos, crimes contra o patrimônio da União e contra Previdência Social, tratados com prioridade pela Polícia Federal.

Como resultado dos trabalhos do DPF, o inquérito policial (IPL) é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portarias ou autos de prisão em flagrante).

No ano de 2009, a SR/DPF/MA realizou aproximadamente 50 (cinquenta) operações policiais. Foram instaurados 1.225 IPLs, concluídos 927, e 5.038 permanecem em andamento. A DPF/CXA/MA instaurou 166 IPLs, relatou 198, e possui 598 em andamento. Já a DPF/ITZ/MA instaurou 204 IPLs, concluiu 294 e tem 656 em andamento. Como se vê o principal problema da SR/DPF/MA, em termos de produtividade de inquéritos é a grande quantidade de procedimentos investigatórios em andamento. Na Sede, constata-se índice de 75% (para cada 100 inquéritos instaurados, 75 são relatados), abaixo da produtividade estabelecida pela COGER que é um valor acima de 100% (para cada inquérito, pelo menos um deve ser relatado). As Delegacias de Caxias e Imperatriz tiveram, respectivamente, índices de 119% e 144%, logo, acima da meta determinada pela COGER.

Várias ações foram desenvolvidas para tentar melhorar os índices da SR/DPF/MA, destacando-se o *Projeto COPAS* e a implementação do Cartório Central, adiante detalhados.

Considerando que em 2010 será ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, terá como meta priorizar a área de defesa institucional, combatendo os crimes eleitorais e os desvios de dinheiro público. Naturalmente, continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes, crimes financeiros e ambientais.

## 1 – INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Maranhão			
Código SIORG: 1152	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200388
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(98) 3131.5100 (PABX)	(98) 3131.5102	(98) 3131.5103 (FAX)
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gab.srma@dpf.gov.br">gab.srma@dpf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Avenida Daniel de La Touche, nº 4000, Bairro COHAMA, CEP 65.074-115, São Luis/MA			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Nome	Situação		Código SIORG
NÃO HÁ			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Maranhão			
Denominação abreviada: FUNAPOL – MA			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200389
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	

<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(98) 3131.5100	(98) 3131.5102	(98) 3131.5104
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:gab.srma@dpf.gov.br">gab.srma@dpf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Daniel de La Touche, nº 4000, Bairro Cohama, CEP 65.074-115, São Luis/MA			
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>			
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>- Através da Portaria nº 181/65 do então Diretor Geral do DFSP, autorizado pelo disposto no art. 397, § 2º do Decreto nº 56510/65 foi criada a Sub-delegacia no Estado do Maranhão instalada em 24/01/1966, posteriormente transformada em Divisão de Polícia Federal (1972) e finalmente através do Decreto nº 75.398, de 19 de fevereiro de 1975 passou a Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão, tendo sua estrutura organizacional inserida na Instrução Normativa nº 13/2005, do DG/DPF</p> <p><b>FUNAPOL:</b> - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>			
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p>			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>			

## 2 – OBJETIVOS E METAS

### 2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O Departamento de Polícia Federal é órgão do Ministério da Justiça. Tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública pelo Decreto-Lei nº 6378/1944, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, tal como a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal de 1988, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União”* (art. 144, §1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988).

Dessa forma, a PF apura, dentre outros delitos, os crimes contra o meio ambiente, a ordem tributária, o Sistema Financeiro Nacional, a Previdência Social, os serviços postais, a organização do trabalho, os interesses indígenas, os direitos humanos, além dos crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, etc.

É de atribuição do DPF, ainda, as seguintes atividades: Controle Migratório (*Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro*), Controle de Armas (*Lei nº 10.826/2003 - SINARM*); Controle de Empresas de Segurança Privada (*Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995*);

Controle de Precursores Químicos – que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (*Lei nº 10.357/2001*); Segurança de Dignitários – oficiais e autoridades estrangeiras (*Lei nº 4.483/1964*); Identificação Criminal e Civil (*Lei nº 4.483/1964*); Segurança ao Patrimônio da União – coibindo turbação ou esbulho possessório (*Lei nº 10.683/2003*), Serviço de Estatística Criminal (*Código de Processo Penal*), Controle de Conflitos Fundiários (*Decreto nº 5.834/2004*), Representação Externa – INTERPOL (*Lei nº 4.483/1964*), e de Proteção às Testemunhas (*Lei 9.807/1999*).

Assim, a SR/DPF/MA exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, sendo definidas no Regimento Interno do DPF, suas atribuições mais específicas, quais sejam:

I – planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II – administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III – propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento de Polícia Federal, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais;

IV – executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V – apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI – promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

## 2.1.2 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No ano de 2009, foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral do DPF os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos Crimes Contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Combate ao Crime Organizado;
- ✓ Melhoria da Gestão.

Vale ressaltar que toda a atuação da instituição se foca no atendimento de sua MISSÃO que é *“manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”*, no intuito de atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é *“tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”*

## 2.2 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Planejando o combate à Corrupção, considerando sua missão institucional, a SR/DPF/MA atuou, enfaticamente, no combate ao desvio de verbas públicas, dando continuidade à *Operação RAPINA*, inicialmente deflagrada no ano de 2007, com andamento da Rapina II em 2008, desencadeando as *Rapina III e IV* neste exercício, que combateram a corrupção envolvendo empresários, prefeitos, políticos, secretários municipais, membros das comissões de licitação, contadores e outros servidores públicos. Foi criada, neste exercício,

para essa finalidade, a *Unidade de Combate aos Desvios de Recursos Públicos - UDRP*, subordinada diretamente à DRCOR, contando atualmente com 09 (nove) Policiais Federais lotados e 03 (três) cumprindo missão.

Combatendo o crime organizado a DELEPREV, representante da Polícia Federal na Força-Tarefa Previdenciária no Estado, juntamente com o Ministério da Previdência, através do INSS e DATAPREV, planejou e executou algumas operações importantes no combate aos crimes previdenciários, evitando graves prejuízos aos cofres da Previdência Social. Dentre essas operações, destacamos a “*Grande Família*”, a “*Erva Daninha*”, a “*Sentença II e III*” e a “*Heket*”, deflagradas em vários municípios e na capital, nas quais resultaram em pelo menos 20 (vinte) prisões, incluindo 05 (cinco) servidores do INSS.

Em setembro de 2008, foi criado na Superintendência Regional, orientada pela Diretoria de Combate ao Crime Organizado – DCOR, o Grupo de Repressão a Crimes Financeiros (GRFIN), subordinado à DRCOR destinado à apuração de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Vale ressaltar que, a partir do mês de setembro de 2009, o GRFIN foi instalado em sala própria e designado Delegado para desenvolver suas atividades.

No combate ao narcotráfico, a unidade manteve em constante execução operações policiais com o escopo de desmantelar as principais organizações criminosas atuantes nesse comércio ilegal que exercem suas atividades no Maranhão, em conexões com outras unidades da Federação. Os trabalhos se desenvolveram em ações conjuntas com as Polícias Civil e Militar do Estado e, também, com a Polícia Rodoviária Federal. Através do Disque-Denúncia da Secretaria Estadual de Segurança Pública, várias informações são repassadas à Polícia Federal para averiguações e posterior planejamento de operações. Traçou-se a meta para realização de pelo menos 03 (três) operações de erradicação de cultivos ilícitos de maconha no interior do Maranhão, visto o mesmo despontar como um dos grandes produtores da droga, sendo indispensável à realização de ações dessa natureza com a finalidade de atingir os produtores na sua base de ação, que são as roças de plantio, além de incrementar ações de controle de produtos químicos, como o ácido sulfúrico e carbonato de sódio compostos utilizados para produzir a “merla”, derivada da Cocaína.

Aproximadamente 102kg de pasta base de cocaína e 270kg de maconha foram apreendidos em 2009, tornando-se um dos melhores anos em apreensões desses entorpecentes na história da Superintendência.



Em relação ao combate aos crimes contra o meio-ambiente e, considerando que o Maranhão possui seu centro-norte e oeste localizado na Amazônia Legal, com altos índices de desmatamento e exploração ilegal de madeiras até em reservas biológicas permanentes e em áreas indígenas, optou-se por criar um posto avançado da Operação Arco de Fogo, na cidade de Santa Inês/MA, a cerca de 200 km da capital maranhense, para fiscalização e proteção dessas áreas em consonância com o Órgão Central da Polícia Federal responsável pela matriz da Operação.

Visando a melhoria na Gestão, no início do exercício de 2009, a SR/DPF/MA traçou como meta principal da administração, a mudança da sede, juntamente com reaparelhamento da máquina administrativa, contanto, para isso, com o auxílio de suas descentralizadas (delegacias de polícia federal localizadas no interior do Estado), bem como o planejamento das unidades centrais do DPF, que liberaram a parte financeira do projeto para pagamento de aluguel, instalações elétricas e físicas do novo prédio. Após os esforços enviados a nova sede provisória foi inaugurada em 29 de maio de 2009. Desse modo, a Superintendência vem conseguindo dar suporte logístico para todas as operações executadas em São Luis, em um ambiente de trabalho mais moderno e confortável, com maior espaço físico para realizações operacionais e administrativas, aumentando a qualidade dos serviços prestados, tanto para o público externo, através das expedições de passaportes, controle de armas, fiscalização de produtos químicos e de empresas de segurança privada, oferecendo salas de atendimento ao público com computadores mais avançados, ar-refrigerado de maior qualidade, instalações maiores, como, também, para o público interno. Ressalte-se que algumas delegacias especializadas da Superintendência, ainda possuem suas estruturas funcionais fora da Sede, como a DRE, DELEPREV, UDRP e parte do Escritório do NIP, o que acarreta menos agilidade na interação entre elas e a Sede da SR/DPF/MA.

Focalizando a estratégia de atuação, foi considerado ponto principal os recursos humanos da unidade. Com a publicação no Diário Oficial da União do Decreto nº 6.907, de 21/07/2009 que alterou substancialmente os valores das diárias dos servidores, o DPF teve que se adequar à nova realidade, tendo em vista não haver previsão de novos aportes em seu orçamento. Assim, esta Unidade Gestora teve que realizar limitações orçamentárias para manter a operacionalidade, primando pela qualidade nos gastos, o que levou à restrição de viagens administrativas, participações em cursos e outros, bem como teve que fazer uso de ferramentas eletrônicas para otimizar a execução dos serviços. Como por exemplo, foi

instalado o SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial, desenvolvido por servidor lotado na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre, com o objetivo de gerenciar as rotinas administrativas e policiais em meio eletrônico, evitando, substancialmente, o desperdício de tempo e material de expediente. O SIGEPOL foi implantado ainda nas Delegacias de Polícia Federal em Caxias e Imperatriz.

Por fim, em seu plano de ação para a melhoria da gestão de inquéritos policiais a SR/DPF/MA realizou o Projeto COPAS (referente às iniciais de *Concentrar, Organizar, Padronizar, Agir e Solucionar*), visando estabelecer metodologias específicas para a condução das investigações policiais em andamento no âmbito da SR/DPF/MA e suas descentralizadas, padronizando os respectivos procedimentos, para melhorar a conclusão dos inquéritos policiais e a eliminação da atual demanda reprimida. O número de IPLs que tramitava na unidade encontrava-se em um patamar elevadíssimo, estando bem acima de sua capacidade de solucioná-lo em um prazo razoável. Com a eficiência pretendida pela Polícia Federal, o Projeto executado em poucos meses de duração, proporcionou o melhoramento da instrução dos IPLs, no que diz respeito à objetividade, celeridade, qualidade dos elementos de convicção indicativos da materialidade e autoria do fato investigado, ou de sua não ocorrência.

Com vistas a otimizar sua atividade de polícia administrativa a Superintendência instituiu o Cartório Central, que dividiu igualmente o trabalho cartorário aos Escrivães, tornando mais célere e eficiente o andamento dos inquéritos policiais, adequando os serviços, especialmente, em razão da nova distribuição dos mesmos aos Delegados.

## 2.3 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Quadro 2 – Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL</b>	<b>30108</b>	<b>200336</b>
<b>FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL – FUNAPOL</b>	<b>30909</b>	<b>200337</b>

### 2.3.1 – PROGRAMAS/AÇÕES

O Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no art. 165 da Constituição Federal de 1988, o que confere ao PPA papel central no processo de planejamento do Governo Federal. Assim, o Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas e no Apoio às Políticas Públicas e Área Especiais, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União; serviço de proteção ao depoente especial; sistema de emissão de passaporte e de controle do tráfego internacional; e capacitação de seus servidores.

O programa de Apoio Administrativo (0750), que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR/DPF/MA, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta SR/DPF/MA também executou recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento no ano de 2009.

#### 2.3.1.1 – PROGRAMA 0662 – PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3 – Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa		<i>Finalístico.</i>
Objetivo Geral		<i>Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça</i>
Objetivos Específicos		<i>Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União</i>
Gerente de Programa		<i>Não informado</i>
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		<i>Departamento de Polícia Federal</i>
Indicador(es) para avaliação do programa		<i>Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal</i>
Público-alvo (beneficiários)		<i>Sociedade</i>
<b>Código</b>	<b>Tipo<sup>1</sup></b>	<b>Descrição da Ação</b>
2586	A	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

<sup>1</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Fonte: SIGPLAN

Primeiramente, nas ações contra o crime organizado, foram realizadas várias operações de responsabilidade desta unidade, quer sejam as Operações *RAPINA III e IV, Antídoto I e II, e Orthoptera*.

Iniciando com as Operações Rapina, a SR/DPF/MA deflagrou em março de 2009 a *Rapina III* com o objetivo de desarticular quadrilha especializada em desviar verbas públicas, por meio de fraudes em licitações em diversos municípios maranhenses. A operação foi realizada em conjunto com a Controladoria Geral da União, contou com um efetivo de 200 Policiais Federais (incluindo servidores de outras Superintendências) e 30 Analistas da CGU. Teve o apoio do MPF em Imperatriz/MA e da Procuradoria Regional da República em Brasília.

lia/DF. Foram cumpridos 27 mandados de prisão e 38 mandados de busca expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. As investigações deram conta de que a organização criminosa movimentou cerca de R\$ 15 milhões em recursos federais.

Na *Rapina IV*, o foco das investigações foi o desvio de verbas públicas nas cidades de Montes Altos, São Pedro da Água Branca e Governador Edison Lobão, neste Estado. Cerca de 170 Policiais Federais, com apoio de 25 Analistas da CGU deram cumprimento a 21 mandados de prisão, 42 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de condução coercitiva, expedidos pela Justiça Federal do Maranhão. Foi apurado um desvio de cerca de R\$ 14 milhões dos valores repassados pela União aos municípios.

A operação *Antídoto I* foi planejada e executada em junho de 2009 para prestar apoio e segurança em fiscalização da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Maranhão e da Vigilância Sanitária do Município de Imperatriz em diversas farmácias, drogarias e distribuidoras ilegais de medicamentos, localizados naquele município. Foram realizadas 04 prisões em flagrante e cumpridos 02 mandados de busca com apreensão de 04 toneladas de medicamentos falsos, sem registros e de procedência ignorada, como os medicamentos PRAMIL, VIAGRA, CIALIS e alguns cosméticos. Na capital maranhense, foi deflagrada a *Antídoto II*, que fechou o laboratório Hensa-Farma, que produzia e comercializava clandestinamente 39 tipos de medicamentos fitoterápicos. Cerca de uma tonelada de medicamentos prontos e mais de 500 quilos de matéria prima para produção das cápsulas foi apreendida. O dono do estabelecimento foi preso em flagrante.

Uma das últimas operações realizadas pela SR/DPF/MA em 2009 foi a *Orthoptera*, com o objetivo de desarticular mais uma quadrilha especializada em desviar verbas públicas no estado do Maranhão. A operação contou com aproximadamente 100 Policiais Federais e 11 Analistas da CGU, com o apoio do MPF e do MPE e deu cumprimento a 24 mandados de prisão, incluindo 03 servidores públicos e 17 mandados de busca expedidos pela Justiça Federal. O grupo realizava fraudes em licitações em diversos municípios maranhenses e era formado por empresários, pela ex-prefeita do município de Alcântara e por membros das comissões de licitação e sindicância. A organização criminosa movimentou cerca de R\$ 5 milhões somente em recursos da educação, sendo esse montante em quase sua totalidade desviado com as fraudes

No combate ao tráfico ilícito de drogas a SR/DPF/MA realizou algumas operações de destaques como a *Sativa I* e *Filho Pródigo*. A *Sativa I* teve atuação também no Estado do Pará e resultou na destruição de 21 mil pés de maconha e mais de 40 mil mudas da droga, em diversas regiões dos Estados do Maranhão e do Pará, incluindo áreas indígenas. Os trabalhos contaram com a participação de 70 policiais e com a utilização de 03 helicópteros da Coordenação de Aviação (CAOP) do DPF, além de 20 viaturas. Na operação *Filho Pródigo*, deflagrada na capital maranhense, o objetivo era desarticular uma organização criminosa voltada ao tráfico internacional de cocaína. Cerca de 400 Policiais Federais cumpriram 52 mandados de prisão preventiva e 73 mandados de busca e apreensão, em 29 municípios, em vários Estados brasileiros. Na capital do Estado e na cidade de Imperatriz/MA, foram cumpridos 03 mandados de prisão e 02 de busca e apreensão.

Com relação às apreensões de drogas entorpecentes, 2009 foi um ano de grandes apreensões. Foram apreendidos 135,2kg de cocaína, sendo 57kg só na capital (42,0%) o que mostra um eficiente trabalho da Polícia Federal no principal pólo econômico maranhense, com fiscalizações, também, no Aeroporto Internacional Cunha Machado em São Luis. Vale destacar as apreensões ocorridas no interior, como em Itapecuru-Mirim, com cerca de 50,5kg da droga e Santa Inês, com 19,7kg, através do monitoramento de linhas de ônibus intermunicipais e caminhões suspeitos. Relativamente à maconha foram apreendidos aproximadamente 270kg, sendo que na cidade de Pinheiro se apreendeu 200 kg vindo do Estado do Pará, uma das principais rota do tráfico que tem como destino o Maranhão. A SR/DPF/MA realizou a incineração de 250kg de maconha e mais de 52 kg de cocaína. A maior parte dessa quantidade de droga foi apreendida nos anos de 2008 e 2009. A incineração, feita nos termos da Lei 11.343/2006, ocorreu depois da autorização judicial, quando a droga já havia sido periciada.

Visando combater o tráfico ilícito de armas, foram apreendidas 15 armas de vários calibres (fuzis, pistola, revólveres e escopeta 12) em operações realizadas durante todo o ano no Estado. No controle de armas foram emitidos 4.109 registros contra 1.192 do ano passado (2008) e emitidos 60 portes de armas contra 24 em 2008, totalizando uma arrecadação de R\$ 60.000,00. Pelos números nota-se um importante avanço no controle de armas, pois o número de cadastramento em 2009 foi três vezes maior que 2008, comprovando o crescente interesse do cidadão em regularizar o armamento sob sua posse.

### 2.3.1.1.1 – Ação 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

Quadro 4 – Dados Gerais da Ação 2586

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
Descrição	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Gilse Aparecida Landgraf
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Passaporte Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

### Considerações

A SR/DPF/MA não recebeu nenhuma verba classificada nesta ação, pela Unidades Centrais do DPF.

Com relação ao número de passaportes emitidos, temos o seguinte quadro comparativo entre os anos de 2009, 2008 e 2007:

Quadro 5 – Estatística Passaportes

PASSAPORTE	2009	2008	2007
Comum	5.914	6.038	5.429
Emergencial	74	46	25
Estrangeiros	0	2	0

Com o novo passaporte, lançado em 20/12/2006, o Estado Brasileiro investiu em segurança, minimizando as falsificações e dando ao cidadão mais credibilidade no exterior. No ano de 2007, a SR/DPF/MA emitiu 5.429, incluídos 27 (vinte e sete) passaportes de emergência com uma arrecadação de R\$ 640.322,87. Em 2008, foram emitidos 6.084, incluídos 46 (quarenta e seis) emergenciais gerando uma arrecadação de R\$ 951.681,30 e em 2009, teve-se a emissão de 5.988 passaportes, com 74 (setenta e quatro) de emergência, levando a uma arrecadação de R\$ 938.008,14. A arrecadação em 2007 foi menor, devido ao novo modelo de passaporte ter sido emitido pela Unidade apenas a partir de julho daquele ano, sendo cobrado, anteriormente, o valor antigo em sua emissão. Vale lembrar que o passaporte emergencial custa mais caro que o comum e são confeccionados para viagens de emergências, após comprovada tal situação.

Até agosto de 2009, a Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG, responsável pela expedição de passaportes, possuía reduzido quadro de recursos humanos e espaço físico para prestação de seus serviços de atendimento ao público. Após a contratação de empresa especializada, bem como a mudança para a nova sede provisória da Superintendência a qualidade dos serviços melhorou consideravelmente. Da empresa foram contratadas 03 atendentes para conferência da documentação necessária para a emissão de passaporte. A nova área da DELEMIG foi ampliada em mais 02 salas que servem para o atendimento ao público externo. Pode ser considerada, como contribuição para o aumento na emissão de passaporte em fins de 2008, com índices quase uniformes com os de 2009, a diminuição da crise econômica, que causou queda constante na cotação do dólar, tornando a moeda brasileira mais forte para as viagens internacionais. Como melhoria nos serviços prestados a PF implantou o sistema de agendamento eletrônico para emissão do documento. Desde o dia 10 de agosto, os interessados em obter o novo passaporte realizam o agendamento de seu atendimento via internet. O procedimento visa melhorar o atendimento ao cidadão possibilitando uma previsão exata de data e hora em que será atendido.

Nas unidades descentralizadas da SR/DPF/MA, a DPF/CXA/MA emitiu 115 passaportes, 11% (onze por cento) a mais que em 2008 e a DPF/ITZ/MA expediu 1.527 passaportes em 2009 e 1654 em 2008, ocorrendo uma pequena redução de 8% (oito por cento).

Além de contar com a DELEMIG que fiscaliza o Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luis e a DPF/ITZ/MA que atua no Aeroporto de Impera-



triz/MA, o DPF no Maranhão possui a Delegacia de Polícia Marítima – DEPOM, subordinada à DREX, para realizar o controle de tráfego marítimo internacional. Criada em dezembro de 2005 como GEPOM, são feitas desde essa época fiscalizações diárias e diversas operações de controle de acesso aos portos de São Luis. Efetuou patrulhamentos não sistemáticos na costa maranhense, com maior regularidade no Porto Organizado do Itaqui, Terminal da Ponta da Madeira (Porto da Vale), Porto da Alumar e Ponta da Espera, em cumprimento às suas atribuições e ao *ISPS Code* (Código Internacional de Segurança e Proteção de Navios e Instalações Portuárias). Regularmente são realizadas pelos policiais de plantão fiscalizações das embarcações de longo curso e cabotagem, nos termos da IS nº 03, de 29/09/1997. Os plantonistas são responsáveis pelo recebimento e instrução dos pedidos de registro de tripulante como temporário V; lavratura de autos de infração e notificação de estrangeiros e empresas por descumprimento à legislação pertinente; instrução de repatriação e deportação.

Foram realizados patrulhamentos não sistemáticos devido à escassez de combustível e da inexistência de contrato de manutenção das embarcações alocadas no DEPOM. Além da fiscalização na costa da capital foram executadas operações no Rio Preguiças, na cidade de Barreirinhas, ponto turístico bastante visitado por brasileiros e estrangeiros. Ressalte-se que foi arrecadado para o FUNAPOL mais de meio milhão de reais em multas, registros e fiscalizações de embarcações, como se pode comprovar no quadro abaixo:

Quadro 6 – Estatística do DEPOM

ÍNDICES	2009
Entorpecentes apreendidos	00
Embarcações fiscalizadas	1022
Repatriações	04
Embarques de tripulantes	614
Desembarques tripulantes	1291
Registro de tripulantes	923
Valores recolhidos no ano (R\$)	<b>642.429,88</b>

Houve aumento na arrecadação, por exemplo, em relação ao ano de 2007 (R\$ 471.036,99), devido à intensificação nas fiscalizações realizadas pelo DEPOM, principal-

mente no turismo internacional, que vem ocorrendo na cidade de Barreirinhas/MA, município onde se situa os Lençóis Maranhenses, que atualmente goza de prestígio mundial.

### 2.3.1.1.2 – Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 7 – Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)
Fonte: SIGPLAN	

### Considerações

A seguir são discriminados os valores realizados nesta ação na SR/DPF/MA:

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores pagos</b>	<b>Por Insc. Em RP Não Proc.</b>
2679	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos (FUNAPOL)	160.382,97	153.652,00	153.652,00	6.730,97

Fonte SIAFI

Do valor disponibilizado na Ação para a SR/DPF/MA, 95,8% foi executado, ficando cerca de 4,2% (R\$6.730,97) inscritos em restos a pagar.

Com relação às atividades desenvolvidas nesta área, tem-se o seguinte balanço:

Quadro 8 – Estatística Produtos Químicos

<b>ATIVIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>		
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
EMPRESAS FISCALIZADAS	08	-	01
CADASTROS APROVADOS	14	-	24
LICENÇAS RENOVADAS	27	-	46
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS	00	-	00
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	35.700,00	37.550,00	39.300,00
VALORES ARRECADADOS – MULTAS	2.128,20	-	0,00

Assim, pelo quadro vê-se que após a aplicação de multas no ano de 2007 as empresas de produtos químicos procuraram se adequar à legislação pertinente, pois a arrecadação das taxas aumentou em 4,7 % no atual exercício e não houve multas.

#### 2.3.1.1.3 – Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 9 – Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação		Atividade					
Finalidade		Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.					
Descrição		Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.					
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas		Departamento de Polícia Federal					
Coordenador nacional da ação		Ademir Dias Cardoso Júnior					
Unidades executoras							
Produto (unidade de medida)		Ação realizada (UNIDADE)					
Fonte: SIGPLAN							
Programa	Unidade Executora	Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
0662	SR-FUNAPOL	2720	AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	198.731,84	190.769,53	190.769,53	7.962,31

Fonte SIAFI

### Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de suprimentos de fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Quase 96% das despesas foram realizadas pela Unidade, considerando que esta é responsável pelo apoio orçamentário e financeiro de todas as delegacias descentralizadas (DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA), e também, todas as delegacias especializadas da Sede da SR/DPF/MA.

Neste exercício foram realizadas várias ações de inteligência com a finalidade de apoiar as operações da SR/DPF/MA, tais como, *Rapinas III e IV*, *Orthoptera* e contra o tráfico de entorpecentes.

Abaixo, tem-se o quadro de ações realizadas pela Corregedoria Regional de Polícia Federal da SR/DPF/MA, durante os anos de 2007, 2008 e 2009:

Quadro 10 – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia

ANO	AÇÃO				
	Processo Administrativo Disciplinar	Sindicância Investigativa	Sindicância Punitiva	Processo Especial	Investigação Prévia
2007	05	06	03	00	08
2008	05	15	00	01	03
2009	03	05	00	02	03

Considerando que as ações de caráter disciplinar estão vinculadas às condutas individuais dos servidores, tratadas sempre com o rigor e ampla defesa, exigidos pela lei, considera-se satisfatórios os trabalhos realizados pela COR/SR/DPF/MA, que resultou, em 2009, na demissão de uma servidora administrativa, após todo trâmite legal do Processo Administrativo Disciplinar.

#### 2.3.1.1.4 – Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 11 – Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes;</p>

	<p>aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>						
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal						
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes						
Unidades executoras							
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)						
Fonte: SIGPLAN							
Programa	Unidade Executora		Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
0662	SR-FUNAPOL	2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS,SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO	2.111.501,77	2.088.697,87	2.086.175,55	22.803,9

Fonte SIAFI

### Considerações

Para esta ação foi repassada grande parte dos recursos do Programa de Combate e Prevenção à Criminalidade. Dos R\$ 2.111.501,77 disponibilizados à Unidade Gestora, R\$ 2.088.697,87 foram liquidados chegando a 99% do valor executado no exercício; grande índice para a ação.

Foram desenvolvidas várias operações no âmbito da SR/DPF/MA para combater os crimes contra a Previdência Social, destacando-se a *Erva Daninha*, *Grande Família*, *Sentença II* e *Sentença III*.

A *Grande Família* foi operação realizada pela Força-Tarefa Previdenciária do Maranhão, composta pela PF, Ministério da Previdência Social e Ministério Público Federal, com a finalidade de reprimir o crime previdenciário no Estado. Foram cumpridos 11 mandados judiciais nas cidades maranhenses de Pinheiro e Cururupu. Entre os presos, havia uma servidora do INSS. As ações contaram com cerca de 40 (quarenta) policiais, além de 09 (no-

ve) técnicos cedidos pelo MPS. Nessa operação, calculou-se que os prejuízos ao erário chegaram a R\$ 347.568,62, segundo levantamento de *valores efetivamente recebidos* após a reativação fraudulenta e/ou o cadastramento irregular de procuradores em 44 benefícios tomados por amostragem pela Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos (APEGR/MPS).

Ainda no combate aos crimes contra a Previdência Social a SR/DPF/MA executou a operação *Erva Daninha* desencadeada em setembro de 2009, com o cumprimento de 28 mandados judiciais, nas cidades de Chapadinha, Brejo e São Luís, neste Estado. Estiveram envolvidos na execução da operação 72 Policiais Federais e 11 técnicos do MPS, além de 03 servidores administrativos da PF. O prejuízo aos cofres da União foi calculado em R\$ 1.106.832,82.

A operação *Sentença II*, continuação da primeira desencadeada em 2008, teve a finalidade de reprimir crimes previdenciários, na capital maranhense, através da identificação e indiciamento de mais de 130 beneficiários de pensões por morte e aposentadorias concedidas ilegalmente por uma servidora do INSS presa na *Sentença I*. Os trabalhos realizados envolveram cerca de 30 Policiais Federais, além da cooperação de funcionários do MPS. A quadrilha causou um prejuízo estimado em R\$ 3,3 milhões de reais ao erário. Na *Sentença III* foram presas 02 pessoas tentando sacar parcelas de benefícios previdenciários e valores de empréstimos consignados obtidos mediante a concessão de pensão por morte fraudulentas concedidas por ex-servidora do INSS, presa na Operação *Sentença I*, através de certidões de óbito falsas.

No combate ao contrabando e descaminho vale destacar a ação conjunta da PF com a Polícia Militar/MA, quando a primeira assumiu as investigações sobre um navio carregado de contrabando vindo da Ilha do Marajó, no Pará, apreendido na cidade de Carutapera, no litoral norte do Maranhão. Cinco pessoas foram presas e constatou-se que os produtos transportados foram fabricados na Coréia do Sul.

Em agosto de 2009, após planejamento e investigações contra o crime de moeda falsa, a SR/DPF/MA realizou operação para prender uma quadrilha suspeita de colocar em circulação cédulas de real falsificadas na chamada região tocantina do Estado (Imperatriz e adjacências). Foram recolhidos R\$ 11 mil em cédulas de cem reais.

Contra os crimes cibernéticos, a SR/DPF/MA realizou algumas ações, valendo destacar a criação do serviço de denúncias *online* específico para crimes de pedofilia, genocídios e outros que violam os direitos humanos. A iniciativa faz parte do projeto *Anjos na Rede*, fruto da parceria entre a Polícia Federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e a ONG SAFERNET, tendo por objetivo agilizar as denúncias, possibilitando aceleração dos procedimentos de identificação da autoria e preservação dos indícios dos crimes.

A SR/DPF/MA acompanhou a eleição extraordinária para o cargo de prefeito e vice-prefeito, realizada em Joselândia/MA em razão da cassação do candidato eleito nas eleições ordinárias de outubro de 2008, prestando segurança institucional e possibilitando, com suas ações, a total normalidade dessa nova eleição.

Merece destaque uma das principais realizações da SR/DPF/MA nesta ação: a execução da *Operação Arco de Fogo*, desenvolvida na parte amazônica do Estado. Os danos sofridos pelo planeta, causados pelo próprio homem é assunto de destaque no mundo inteiro. No Maranhão, Estado privilegiado por possuir considerável área da Floresta Amazônica, conservá-la é tarefa difícil que requer fiscalização constante e incessante, devido à grande incidência de desmatamento. Com esse objetivo e através de parceria ministerial realizada entre Polícia Federal, IBAMA, Força Nacional de Segurança e FUNAI, foi criado o posto da Polícia Federal em Santa Inês/MA, cidade localizada a aproximadamente 200 km da capital maranhense. Nesse posto, em julho de 2009, foi instalada a base da *Operação Arco de Fogo*. Entre seus objetivos estão: conter os crimes ambientais, especialmente aqueles que envolvem o tráfico e a extração ilegal de madeira, assim como delitos na área de mineração, os praticados contra a fauna, o desmatamento em unidades de conservação federal como as *Reservas Biológicas Gurupi e Araribóia* e terras indígenas, como *Alto Turiaçu, Awá-Guajá e Carú*, reprimindo qualquer atividade ilícita voltada para o beneficiamento e comercialização de produtos florestais sem origem legal comprovada. O resultado das ações foi bastante satisfatório, visto que foram apreendidos centenas de metros cúbicos de madeira, várias serrarias foram fechadas, bem como fornos ilegais de carvão, culminando, também, com a prisão de dez pessoas em flagrante com armas e equipamentos para extração ilegal de madeira em área indígena.



Noutra operação, a unidade realizou o fechamento de um garimpo ilegal de ouro, localizado nas proximidades da terra indígena Alto Turiaçu, no Município de Centro do Guilherme, no Maranhão. O garimpo, que funcionava em plena Amazônia Legal, estava ativo há cerca de seis meses e chegou a contar com aproximadamente 400 pessoas retirando ouro ilegalmente da área. Após avaliação constatou-se que a área danificada equivale a quatro estádios do Maracanã. Na ação, foram presas oito pessoas, dentre as quais, o vice-prefeito do município de Centro do Guilherme/MA.

Com a deflagração da *Operação Arco de Fogo* no Maranhão, houve uma redução de até 89% nos índices de desmatamento. Há constantes treinamentos de Policiais na área de inteligência geográfica para operacionalizar os sistemas de monitoramento disponíveis. Num balanço total, foram lavrados 250 procedimentos policiais que levaram a um significativo número de pessoas a responderem termos substanciais de ocorrências, sendo responsabilizadas pelos seus delitos.

Os recursos liberados para esta ação, mesmo que maiores que do ano passado (foram executados R\$ 1.787.786,82), ainda são insuficientes para execução, tendo em vistas o número significativo de crimes que assolam o Estado do Maranhão, como os já listados acima, e também, com destaque os assaltos a bancos que vem crescendo bastante em vários municípios, mas que estão sendo combatidos, prioritariamente, pela PF.

Ressalte-se que a SR/DPF/MA, para combater crime violentos dessa natureza, criou uma unidade de elite composta por cerca de 12 (doze) Policiais Federais. O grupo possui treinamento semanal e tem como atribuições, o enfrentamento de situações graves ou de alto risco em todo o Estado do Maranhão. Em 2009, vale citar uma operação conjunta da Polícia Federal no Maranhão, a Polícia Civil do Piauí e do Centro de Inteligência do Maranhão, que resultou na prisão de uma quadrilha em Teresina/PI, composta por oito integrantes, que já havia realizado assaltos a banco nos Estados do Pará, Piauí e Maranhão. A ação impediu o grupo de assaltar uma agência bancária em Duque Bacelar/MA, próximo alvo da quadrilha. Além da prisão foram apreendidas várias armas: dois fuzis mosquefal calibre 762, uma escopeta calibre 12, duas pistolas 380, um revólver 44, munições 765, 9mm, ponto 40 e balas ponto 30, além de dois veículos.

### 2.3.1.1.5 – Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 12 – Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação		Atividade					
Finalidade		Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
Descrição		Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.					
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas		Departamento de Polícia Federal					
Coordenador nacional da ação		Laura Vilella Rosa Tacca					
Unidades executoras							
Produto (unidade de medida)		Servidor Capacitado (UNIDADE)					
Fonte: SIGPLAN							
Programa	Unidade Executora		Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
0662	SR-FUNAPOL	4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	7.570,75	-	-	7.570,75

Fonte SIAFI

### Considerações

Nesta ação, foi disponibilizado o montante de R\$ 7.570,75 à Unidade Gestora, verba totalmente inscrita em Restos a Pagar.

Considerando o valor da ação ter sido diminuto, a SR/DPF/MA usou sua cota orçamentária de passagens e diárias para viagens de capacitação de seus servidores, tanto na área policial como na administrativa, mas sempre contingenciando-a, visando a realização de suas operações policiais, pois houve aumento no valor das diárias. Vale ressaltar que a equipe T&D desta Superintendência realizou de forma eficiente 04 (quatro) cursos na

Sede da Superintendência. Abaixo, segue alguns dos principais cursos de capacitação e seminários que os servidores da unidade participaram:

Quadro 13 – Cursos de Capacitação de Servidores

OBJETIVO	ÁREA CONTEMPLADA	SERVIDORES PARTICIPANTES	PERÍODO (ANO 2009)	LOCAL
IX CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS	Policial	01	15 a 21/03	Ilhéus/BA
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PERÍCIAS EM CRIMES FINANCEIROS – ICFINANCIALCRIMES 2009	Policial	01	23 a 26/06	Brasília/DF
ENCONTRO ANUAL SOBRE CRIMES FINANCEIROS E LAVAGEM DE ATIVOS.	Policial	01	31/08 a 04/09	Brasília/DF
CURSO DE FORMAÇÃO DE PALESTRANTES DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	Policial	01	30/08 a 05/09	Brasília/DF
CONGRESSO SOBRE CRIMES FINANCEIROS E TRANSNACIONAIS – DJ/EUA (CUSTEADO PELOS EUA).	Policial	01	04 a 09/10	Rio de Janeiro/RJ
TREINAMENTO DE TIRO	Policial	22	27 e 28/10	São Luis/MA Academia de Polícia Civil
CURSO DE PRÁTICA DE ENSINO POLICIAL	Policial	02	18 a 24/01	Brasília/DF (ANP/DPF)
CURSO TREINAMENTO 12 – MÓDULO GESTÃO	Policial	01	01 a 06/02	Brasília/DF
CURSO DE GESTÃO E LIDERANÇA	Policial	28	27 e 28/01	São Luis/MA
CURSO DE GESTÃO EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	Policial	02	08 a 14/03	Natal/RN
VI CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES,	Policial	03	12 a 17/04	Brasília/DF
CURSO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NO SISTEMA SINIC RECRUTAMENTO DE DGP	Policial	01	07 a 09/04	Brasília/DF
I CURSO DE ANÁLISE FINANCEIRA E INVESTIGAÇÃO EM LAVAGEM DE DINHEIRO	Policial	03	17 a 22/05	Brasília/DF ANP/DPF
CURSO AVANÇADO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA PARA POLICIAIS DE PAÍSES DO MERCOSUL E ASSOCIADOS	Policial	01	07/06 a 04/07	Brasília/DF ANP/DPF

DO CURSO DE GESTÃO EM DIREITOS HUMANOS	Policial	01	07 a 12/06	Brasília/DF
I CURSO DE NIVELAMENTO EM AUDITORIA PARA REPRESENTANTES E SUPLENTE DA CONPORTOS E DAS CESPSPORTOS	Policial	02	29/06 a 03/07	Brasília/DF
CURSO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA ORDENADORES DE DESPESAS	Policial	01 (Superintendente)	21 a 26/09	Brasília/DF
CURSO DE TÉCNICAS DE OBTENÇÃO E AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES	Policial	01	05 a 19/09	Washington/EUA
I CURSO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Policial	01 (Superintendente)	04 a 09/10	Brasília/DF
CURSO DE GESTÃO COM USO DO PORTAL CINTEPOL	Policial	01	22 a 27/11	Brasília/DF
CURSO DE CRIMES CIBERNÉTICOS E PROPRIEDADE INTELECTUAL-FBI E DPF	Policial	02	15 a 18/02	Rio de Janeiro/RJ.
II SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO-SEMIG	Policial	01	25 a 28/08	Brasília/DF
SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EXTINÇÃO DE DOMÍNIO	Policial	01	30/08 a 04/09	
TREINAMENTO DE GESP E NOVOS PROCEDIMENTOS REFERENTES A VISTORIA BANCÁRIA.	Policial	04	02 a 06/02	Fortaleza/CE
CURSO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	Administrativo	01	22 a 27/03	Brasília/DF
CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTOR DE ARMAMENTO E TIRO	Policial	02	17/05 a 06/06	Brasília/DF ANP/DPF
CURSO DE TREINAMENTO I2 – MÓDULO USUÁRIOS REGIÃO NORTE/NORDESTE	Policial	03	24/05 a 05/06	Maceió/AL
CURSO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS PREVIDENCIÁRIOS	Policial	02	07 a 11/06	São Paulo/SP
CURSO DE INTERDIÇÃO DE DROGAS EM AEROPORTOS	Policial	01	19 a 25/07	Natal/RN
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA – 2009	Policial	02	19/07 a 08/08	Brasília/DF
2º CURSO DE INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA	Policial	12	12 a 16/07	São Luis/MA
PARTICIPAR DE TREINAMENTO REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRAPOL	Administrativo	01	09 a 19/03	Brasília/DF

CONFERENCIA NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS - ETAPA NORDESTE	Administrativo	02	10 a 14/03	Recife/PE
CURSO DE GESTÃO EM LOGÍSTICA (MÓDULO PREGOEIRO)	Administrativo	01	10 a 13/03	Recife/PE
PARTICIPAR DO CURSO DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE LOGÍSTICA MÓDULO III	Policial	01	29/03 a 04/04	Recife/PE
PARTICIPAR DE CURSO DE CAPACITAÇÃO E GESTÃO DE LOGÍSTICA - MÓDULO III- REGISTRO DE PREÇOS	Administrativo	01	29/03 a 04/04	Recife/PE
TREINAMENTO PARA ATUALIZAÇÃO DOS SOFTWARES E FERRAMENTAS UTILIZADOS NO CI-TEPOL	Administrativo	01	12 a 15/04	Brasília/DF
CAPACITAÇÃO NACIONAL - CURSO DE PERÍCIA SOCIAL ENAP	Administrativo	01	12 a 14/04	Fortaleza/CE
TREINAMENTO EM GESTÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS NA ENAP	01 Policial 02 administrativos	03	03 a 07/05	Brasília/DF
I FORUM DE DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS POLICIAIS SOBRE TRABALHO FORÇADO INFANTIL	Policial	70 (10 desta unidade)	11 a 14/08	São Luis/MA
CONFERÊNCIA NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS -ETAPA NACIONAL MPOG	Administrativo	02	05 a 10/09	Brasília/DF
CURSO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO DE PRODUTOS QUÍMICOS	Administrativo	02	16 a 20/11	Maceió/AL
TREINAMENTO EM TOMADA DE CONTAS	Policial e Administrativo	02	22 a 26/11	Brasília/DF
PARTICIPAR DE TREINAMENTO DA GESTÃO SCDP MPOG	Administrativo	01	25 a 27/11	Brasília/DF
CURSO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO-ABOP	Administrativo	01	06 a 11/12	Brasília/DF

Como se vê pelo quadro acima, em aproximadamente 50 (cinquenta) cursos realizados, a SR/DPF/MA, juntamente com os órgãos centrais do DPF, realizou a capacitação de 130 servidores, correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) de seu quadro de pessoal abrangendo a maioria das áreas em que atua, com destaque para o trabalho infantil, crimes financeiros, tráfico de drogas, crimes cibernéticos (com parceria do governo dos Estados Unidos), matéria previdenciária, direitos humanos, instrução de tiro, perícias, além de realizar com apoio do Ministério do Planejamento e outras instituições, cursos na área de re-

cursos humanos, gestão orçamentária, licitações e gestão pública para servidores administrativos.

### 2.3.1.2 – PROGRAMA 1353 – MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão não executou ação relacionada ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.

### 2.3.1.3 – PROGRAMA 1453 – NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI

O Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal *na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento*.

Quadro 14 – Dados do Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Departamento de Polícia Federal
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

## 2.3.1.3.1 – Ação 8375 – Campanha de Desarmamento

Quadro 15 – Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação		Atividade						
Finalidade		Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.						
Descrição		Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.						
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas		Ministério da Justiça						
Coordenador nacional da ação		Cristina Gross Villanova						
Unidades executoras								
Produto (unidade de medida)		Indenização paga (unidade)						
Fonte: SIGPLAN								
Programa	Unidade Executora		Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
1453	SR	8375	CAMPANHA DO DESARMAMENTO		10.100,10	8.500,00	8.500,00	1.600,00

Fonte SIAFI

### Considerações

O Departamento de Polícia Federal em todos os Estados da Federação é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste no incentivo, mediante indenização, da entrega de arma de fogo em posse dos cidadãos, que, inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

Através desta ação, foram disponibilizados pelos órgãos centrais do DPF, R\$ 10.100,00 para despesas indenizatórias, sendo realizado pagamento de R\$ 8.500,00, ou seja, 84% dos recursos foram utilizados ficando R\$ 1.600,00 inscritos em resto a pagar.

No exercício de 2009, a SR/DPF/MA realizou a campanha “Minha Arma é Legal” para registro e arrecadação de armas de fogo no interior do Estado e também na capital. A divulgação nos veículos de comunicação, como emissoras de TVs, rádios, jornais além da internet, foi intensificada a partir de abril, em razão de a Lei nº 11.922/2009 haver estabelecida a data de 31/12/2009 como o prazo final para que os proprietários de armas regularizassem seus registros junto à Polícia Federal. A campanha se estendeu a municípios como Pinheiro, Santa Inês, Chapadinha, Barra do Corda, Grajaú e Balsas, sendo arrecadadas 52 armas de fogo em São Luis e 29 no interior do Estado, totalizando 81 armas irregulares fora de circulação. Também, com relação à campanha, foram emitidas, somente no interior do Estado, 672 solicitações de registro provisório de arma, número satisfatório, considerando o recuo da população em regularizar ou entregar armamento.

#### 2.3.1.4 – PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela foi a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.



Quadro 16 – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

<sup>1</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

#### 2.3.1.4.1 – Ação 2000 – Administração da Unidade

Quadro 17 – Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; ma-</p>

	nutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.							
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal							
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado							
Unidades executoras								
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação							
Fonte: SIGPLAN								
Programa	Unidade Executora			Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
0750	Apoio Administrativo	SR	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4.225.253,52	4.019.356,44	4.018.360,22	205.897,08
0750	Apoio Administrativo	FUNAPOL	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	32.141,47	32.141,47	32.141,47	-
Totais					4.257.394,99	4.051.497,91	4.050.501,69	205.897,08

Fonte SIAFI

### Considerações

Foram empenhados nesta ação R\$ 4.257.394,99 no transcorrer do exercício de 2009, com R\$ 4.051.497,91 de despesas liquidadas, ou seja, 95,00%. A execução desta Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Regional, uma vez que financia as despesas de atividade-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Com relação ao ano de 2008 que teve uma disponibilização de R\$ 2.676.288,10 os recursos aumentaram em mais de um milhão e meio de reais, ou seja, houve um acréscimo de 59% causado, principalmente, pela mudança da sede para um novo prédio provisório, com instalações elétricas e físicas mais modernas e de maior porte somada

com as despesas com manutenção e uso de viaturas, visto que a frota da SR/DPF/MA aumentou consideravelmente, devido às necessidades das operações e serviços realizados.

#### 2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 18 – Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação		Atividade						
Finalidade		Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.						
Descrição		Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.						
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas		Departamento de Polícia Federal						
Coordenador nacional da ação		Não há coordenador vinculado						
Unidades executoras								
Produto (unidade de medida)		Não há produto para esta Ação						
Fonte: SIGPLAN								
Programa	Unidade Executora	Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
0750	Apoio Administrativo	SR	2003	AÇÕES DE INFORMÁTICA	35.260,00	35.260,00	35.260,00	-

Fonte SIAFI

### Considerações

Foram realizadas nesta ação: configuração dos servidores de dados da SR/DPF/MA (novo domínio, com acesso por senha); instalação e configuração dos novos *switchs*; instalação do sistema de ponto eletrônico (na sede e delegacias no interior); instalação e configuração de computadores; aquisição e configuração da nova central telefônica

(com a implantação de recursos de bilhetagem e tarifação); aquisição de materiais de consumo (elétricos, eletrônicos e de informática); instalação de *nobreaks* de 5KVA na SR/DPF/MA; aquisição e instalação do SIGEPOL; instalação das repetidoras e rádios nas viaturas das delegacias de Caxias e Imperatriz; configuração das redes de dados de Caxias e Imperatriz (novo domínio, com acesso por senha); instalação e atualização do SISCART em todas as unidades do DPF no Maranhão. Houve, durante a execução dos referidos serviços, colaboração de servidores de outras unidades do DPF, visto que o efetivo da SR/DPF/MA não daria conta de toda demanda, pois a mudança de sede acarretou desinstalações de equipamentos na sede antiga e reinstalação e novas configurações na nova sede, máquina por máquina, tarefa essa que seria muito difícil se fosse executada somente pelo pessoal do NTI local.

A instalação da nova Central telefônica proporcionou vários benefícios, entre eles: maior controle das ligações (todo servidor da SR/DPF/MA possui senha), bilhetagem, tarifação, discagem direta a ramal (DDR), aparelhos digitais e IP, VOIP (em implantação) e vários outros recursos, ainda em estudo.

## 2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.4.1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

#### 2.4.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Quadro 19 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	352.940,74	98.008,96	352.940,74	98.008,96
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	3.683.035,55	2.171.991,02	3.683.035,55	2.171.991,02
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00

Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	478.751,31	1.449.026,86	478.751,31	1.449.026,86
Inexigibilidade	237.562,97	44.445,79	237.562,97	44.445,79
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	393.167,10	483.330,90	393.167,10	483.330,90
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	2.036.053,99	2.194.551,18	2.035.937,17	2.157.166,00
<b>Outros</b>	<b>156.334,21</b>	<b>118.220,86</b>	<b>156.334,21</b>	<b>118.220,86</b>

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

### 2.4.1.3 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro 20 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal<sup>1</sup></b>	35.788,46	--	35.788,46	--	--	--	35.788,46	--
08 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	11.528,11	--	11.528,11	--	--	--	11.528,11	--
91 – SENTENÇAS JUDICIAIS	24.260,35	--	24.260,35	--	--	--	24.260,35	--
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	--	--	--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	5.732.861,50	4.343.429,19	4.909.138,24	4.174.135,36	823.723,26	169.293,83	4.909.138,24	6.327.782,82

14 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	2.036.053,99	2.194.551,18	2.035.937,17	2.157.166,00	116,82	37.385,18	2.035.937,17	2.154.643,68
30 – MATERIAL DE CONSUMO	910.637,37	623.287,56	611.407,97	559.590,82	299.229,40	63.696,74	611.407,97	558.594,60
33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	476.898,94	418.146,47	450.075,23	414.780,09	26.823,71	3.366,38	450.075,23	414.780,09
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	188.608,08	991.296,58	188.608,08	991.296,58	--	0,00	188.608,08	991.296,58
37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	622.492,06	939.522,05	609.358,82	910.140,44	13.133,24	29.381,61	609.358,82	910.140,44
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	1.341.836,85	1.250.741,59	859.523,37	1.180.559,65	482.313,48	70.181,94	859.523,37	1.180.559,65
47 – OBRIG. TRIBUTA. E CONTRIB-OP. INTRA ORÇAMENTÁRIAS	2.611,89	1.150,00	2.611,89	1.138,00	0,00	12,00	2.611,89	1.138,00
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	--	2.214,08	--	2.214,08	--	0,00	--	2.214,08
93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	153.722,32	117.070,86	151.615,71	114.415,70	2.106,61	2.655,16	151.615,71	114.415,70

<sup>1</sup> As despesas de pessoal ordinárias da Unidade Gestora são executadas pelo Órgão Central do DPF.

Quadro 21 – Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
<b>1. PASSAGENS</b>	R\$ 293.748,27	R\$ 476.898,94	414.780,09
<b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	R\$ 2.272.992,41	R\$ 2.036.053,99	2.154.643,68
<b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	R\$ 385.197,78	R\$ 622.492,06	R\$ 910.140,44
<b>3.1 Publicidade</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
<b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	R\$ 385.197,78	R\$ 622.492,06	R\$ 910.140,44
<b>3.3 Tecnologia da Informação</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

<b>3.4 Outras Terceirizações</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	R\$ 5.871,50	R\$272.426,60	483.330,90
<b>5. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	R\$ 363.136,50	R\$ 389.244,15	483.330,90
<b>TOTAIS</b>	R\$ 3.343.007,74	R\$ 4.419.607,80	R\$ 5.356.366,45

### Considerações

No *Quadro 19 – Modalidade de Licitação*, observa-se a diminuição nos valores referente à *Tomada de Preços* (2008 para 2009), devido ao encerramento de contratos efetivados nesta modalidade de licitação, realizando-se novas licitações na modalidade *Pregão*, que alcançou patamares de valores mais elevados em 2009, face ao planejamento da mudança para o novo prédio da SR/DPF/MA, acarretando a necessidade de contratação de serviços e materiais. Houve, também, sensível aumento na modalidade *Dispensa de Licitação*, em virtude da despesa com aluguel do novo imóvel (prédio), pois, a antiga sede funcionava em regime de cessão (ocupávamos um parte das dependências do INCRA/MA), sendo que o aumento da despesa de energia elétrica, também contribuiu para elevação do valor final da *Dispensa de Licitação*.

A evolução da despesa de suprimento de fundos teve trâmite normal, tendo em vista que a logística das operações policiais deflagradas pela SR/DPF/MA nesse exercício teve planejamento mais elaborado, demandando um pouco mais de recursos do que o ano anterior.

Em relação aos quadros 19 a 21 constata-se que houve alteração significativa, como, por exemplo, no *Item 3 - Outras Despesas Correntes do Quadro 20*, referente a *Restos a Pagar não Processados* em 2008, em função da mudança para a nova Sede Provisória da SR/DPF/MA, quando foi necessária a aquisição de materiais para estoque e a contratação de serviços para adequação do novo prédio, tais como, serviços elétricos, hidráulicos, telefonia, pontos eletrônicos e outros.

No *Quadro 21 – Evolução de Gastos Gerais*, nota-se aumento no valor total dos gastos (R\$ 936.758,65) de 2008 para 2009, devido à necessidade de contratação de terceirizados como vigilância, limpeza e conservação, visto a área da nova sede ter praticamente

dobrado de tamanho em relação às antigas instalações da SR/DPF/MA. Outra alteração importante foi a evolução das despesas com diárias e suprimento de fundos, por necessidade das operações realizadas pela unidade, que aumentaram neste exercício.

A crise financeira ocorrida no final de 2008 prejudicou sensivelmente os repasses de recursos para a SR/DPF/MA durante o exercício de 2009, levando a atrasos de pagamento de fornecedores e diárias. Ocorreu o aumento no valor da diária, porém, a cota orçamentária dessa despesa destinada para a unidade não acompanhou este reajuste, ou seja, houve contingenciamento nessa cota, o que ocasionou transtornos no planejamento e execução de operações policiais e serviços administrativos.

#### 2.4.1.4 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro 22 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	1.614.339,01	242.961,95	21.684,40	197.075,95	1.592.654,61	45.886,00	21.684,40	197.075,95
52 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – OP. INTRA-ORC.	1.614.339,01	242.961,95	21.684,40	197.075,95	1.592.654,61	45.886,00	21.684,40	197.075,95
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	--	--	--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	--	--	--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--	--	--	--

#### Considerações

Observando o quadro acima, vê-se que os investimentos da SR/DPF/MA, referente a equipamentos e material permanente, sofreram aumento considerável, no tocante



a Restos a Pagar não Processados, ocasionado pela necessidade de a Unidade em adquirir material para suprir a demanda da nova Sede.

Não houve contingenciamento significativo nos créditos orçamentários e despesas financeiras para material permanente.

O aspecto positivo em relação ao *Quadro 22* foi o ganho, por parte da Superintendência, em espaço físico, com salas mais amplas, bem como aquisição de novos itens patrimoniais, tais como, móveis, equipamentos e outros, fazendo com que os serviços prestados pelos servidores tivessem um grande salto de qualidade, tanto na parte de atendimento ao público, como na realização dos serviços internos.

#### 2.4.1.5 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

Quadro 23 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>		2.478.187,33	2.465.260,87	45.067,93	2.462.738,55	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal. (A SR/DPF/MA não teve como realizar este cálculo)						

Análise do Resultado Alcançado:						
A SR/DPF/MA não teve como realizar este cálculo.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	82	70	118
Fórmula de Cálculo do Índice:						
<i>Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.</i>						
Análise do Resultado Alcançado:						
<i>Como se verifica a SR/DPF/MA conseguiu atingir índices melhores que o exigido pelo o PPA, devido à execução do Projeto COPAS e a criação do Cartório Central que dinamizou e melhorou a condução dos inquéritos em andamento, atingindo um pico de produtividade de 118% no mês de setembro. Em 2009 foram instaurados 1225 inquéritos e relatados 927, perfazendo, no final o índice de 76%, aumento bastante considerável, em relação aos 57% do final do ano de 2008, conseqüência, também, da melhor qualificação do pessoal e na adoção de técnicas realizadas pelo referido Projeto.</i>						
Fonte: SIGPLAN e SISCART						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>		4.292.654,99	4.086.757,91	205.897,08	4.085.761,69	
Código no PPA: 1453		Denominação: Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI)				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>		10.100,00	8.500,00	1.600,00	8.500,00	

Os indicadores apresentados se referem ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão a Criminalidade. Com relação aos demais programas, não há, no Plano Plurianual, indicadores definidos para o Departamento de Polícia Federal.

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

## Considerações

Em relação ao *Programa de Prevenção e Combate à Criminalidade*, houve contingenciamento nas cotas orçamentárias de diárias operacionais em 2009, em virtude do substancial aumento dos valores de diárias devidos aos servidores. Contudo, o Órgão Central do DPF envidou esforços visando à abertura de créditos adicionais para recompor, gradualmente, as cotas orçamentárias.

Os tópicos positivos e negativos referentes a esses programas foram analisados no item 2.3.1 (Programa/Ações) e seguintes.

Com relação ao *Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal*, não há indicadores a serem avaliados.

### 2.4.1.6 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE

Quadro 24 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 – Segurança Pública	122- Administração Geral	0750	2000	A	3	Não Há	NA	NA	NA	NA	4.050.501,69	NA
06 – Segurança Pública	125- Normatização e Fiscalização	0662	2679	A	3	Documento Emitido	NA	NA	NA	NA	153.652,00	NA
06 – Segurança Pública	126- Tecnologia da Informação	0750	2003	A	3	Não Há	NA	NA	NA	NA	35.260,00	NA
06 – Segurança Pública	128- Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3	Servidor Capacitado	NA	NA	NA	NA	---	NA
06 – Segurança Pública	181- Policiamento	0662	2726	A	3	Operação Realizada	NA	NA	NA	NA	2.086.175,55	NA
06 – Segurança Pública	183- Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	Ação Realizada	NA	NA	NA	NA	190.769,53	NA
06 – Segurança Pública	422- Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453	8375	A	3	Indenização Paga	NA	NA	NA	NA	8.500,00	NA

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade; e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

## **Considerações**

Nos tópicos anteriores, expusemos as ações realizadas pela SR/DPF/MA, no exercício de 2009, para cada um dos programas acima elencados. Desta feita, reportamos aos itens precedentes, nos quais constam os comentários pormenorizados dos programas e ações.

### **2.4.2 – INDICADORES DE DESEMPENHO**

Para avaliar o desempenho dos diversos Setores e Delegacias da Superintendência Regional do DPF no Maranhão, foi publicada no Suplemento do Aditamento Semanal nº 050/07-SR/DPF/MA, de 14/12/2007, a Instrução de Serviço reproduzida abaixo, na íntegra:

#### **INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2007-SR/DPF/MA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO**, no exercício de suas funções, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 38, do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria 1.825, de 13 de outubro de 2006, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada na Seção 1 do DOU 178, de 16 de outubro de 2006, resolve baixar a presente Instrução de Serviço, que tem a finalidade de definir os indicadores de desempenho e estabelecimento de padrões de qualidade no âmbito desta Superintendência Regional e das Delegacias de Polícia Federal em Imperatriz e Caxias/MA;

#### **I – OBJETIVOS**

1. Estabelecer indicadores de desempenho e padrões de qualidade para aquilatar a forma de atendimento direto aos cidadãos, conforme determinam o Decreto nº. 3.507/00 e recomendações do TCU.

2. Atingir os objetivos de excelência no atendimento ao público externo e interno estabelecendo padrões, controles, enumeração de dados precisos das atividades desenvolvidas pelos diversos setores envolvidos.

3. Orientar os usuários dos serviços prestados e indicar a forma da melhor satisfação reduzindo tempo de espera.

4. Condensar os dados coletados pelos servidores lotados nos diversos setores, que reproduzem os indicadores de desempenho.

## II – PADRÕES DE QUALIDADE

Todos os servidores da SR/DPF/MA, DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA, além do comportamento pessoal e regulamentar no tratamento com o público externo e interno, deverão atentar para os seguintes aspectos:

1. Atenção, respeito e cortesia no tratamento aos usuários.
2. Observar as prioridades e agilizar o atendimento para diminuir o tempo de espera.
3. Cumprir os prazos pré-estabelecidos e, quando possível, abreviá-los.
4. O servidor, a quem o usuário se dirigir, não tendo condições de prestar as informações precisas, fará o encaminhamento ao setor especializado.
5. Orientar o usuário para, querendo, expressar sua opinião sobre o serviço prestado.

## III – INDICADORES DE DESEMPENHO

Tratando-se os indicadores de desempenho de critérios objetivos com a finalidade de avaliar a qualidade da prestação do serviço, visando satisfação dos usuários, verifica-se a necessidade de definir duas modalidades: que atinja diretamente o público externo e espelhe as atividades internas.

### III.1 – INDICADORES DE DESEMPENHO PARA O PÚBLICO EXTERNO.

#### III.1.1 – DELEMIG – EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTES

Afora as rotinas próprias da DELEMIG, no trato com estrangeiros, o maior fluxo de atendimento diz respeito à expedição de passaportes, que serão expedidos no prazo máximo de 14(quatorze) dias, nesta Regional, DPF.B/ITZ/MA e DPF/CXA/MA.

A produtividade resumirá o desempenho, com a equação:

$$\frac{\text{NPE}}{\text{NPR}} . 100 = \text{PROD\%}$$

NPE – Número de passaportes expedidos

NPR – Número de passaportes requeridos

PROD – Produtividade

Informar os valores recolhidos.

#### III.1.2 – DELESP – VISTORIAS REALIZADAS

As vistorias requeridas pelas empresas e cursos serão realizadas dentro dos prazos previstos em lei.

A produtividade refletirá a quantidade dos requerimentos de vistorias e as respectivas emissões dos certificados e Portarias, com a equação:

$$\frac{\text{P.E} + \text{C.E}}{\text{V.R}} . 100 = \text{PROD\%}$$

V.R – Vistorias requeridas

P.E – Portarias expedidas

C.E – Certificados expedidos

PROD- Produtividade

Informar os valores das taxas e multas recolhidas.

#### III. 1.3 – PRODUTOS QUÍMICOS

A produtividade será determinada pela quantidade de requerimentos para expedição de licença ou registros cadastral ingressados com os respectivos atendimentos, dentro do prazo estipulado nas normas específicas.

$$\frac{R.A}{R.I} \cdot 100 = PROD\%$$

R.I

R.I – Requerimentos ingressados

R.A – Requerimentos atendidos

Informar os valores, as taxas e multas recolhidas.

#### **III.1.4 – CARTÓRIO – CERTIDÕES EXPEDIDAS**

As certidões serão emitidas no prazo máximo de 03(três) dias e a produção será definida da seguinte forma:

$$\frac{C.E}{C.R} \cdot 100 = PROD\%$$

C.R

C.R - Certidões requeridas

C.E – Certidões expedidas no prazo

PROD– Produtividade.

### **IV – INDICADORES DE DESEMPENHO PARA O PÚBLICO INTERNO.**

#### **IV.1 – INQUÉRITOS POLICIAIS**

Para definição da produtividade de inquéritos policiais, será adotada a seguinte fórmula:

$$\frac{IPL.R + IPL.PC + IPL.I}{IPL.AND} \cdot 100 = PROD\%$$

IPL.AND

IPL.R – Inquéritos relatados no ano

IPL.PC – Inquéritos c/Promoção cumprida no ano

IPL.I – Inquéritos Instaurados no ano

IPL.AND – Inquéritos em andamento no final do ano

PROD – Produtividade

#### **IV.2 – DREX**

Por se tratar de setor regulador das atividades das Delegacias, a mesma será avaliada subjetivamente, pela chefia imediata, no relatório de gestão, isto é, pelo Superintendente Regional do DPF/MA.

##### **IV.2.1 – DELEMIG**

Afora a produtividade medida conforme o item III.1.1, que trata do indicador do desempenho para o público externo, far-se-á também aferição mediante comparação dos inquéritos policiais instaurados e relatados no ano em comparação com o ano anterior e será subjetivamente avaliada pelo Superintendente Regional do DPF/MA, haja vista suas atribuições de controle de estrangeiros no território nacional

##### **IV.2.2 – DELEPREV**

Afora a produtividade medida por Inquéritos Policiais Instaurados e Relatados no ano, em comparação com o ano anterior, e subjetivamente, será avaliada pelo Superintendente Regional do DPF/MA, no que diz respeito às operações realizadas.

##### **IV.2.3 – DELEFAZ**

Afora a produtividade medida por Inquéritos Policiais Instaurados e Relatados no ano, em comparação com o ano anterior, e subjetivamente, será avaliada pelo Superintendente Regional do DPF/MA, no que diz respeito às operações realizadas.

##### **IV.2.4 – DELINST**

Afora a produtividade medida por Inquéritos Policiais Instaurados e Relatados no ano, em comparação com o ano anterior, e subjetivamente, será avaliada pelo Superintendente Regional do DPF/MA, no que diz respeito às operações realizadas.

#### **IV.2.5 – DELESP**

Afora a produtividade medida conforme o item III 1.2, em relação ao indicador de desempenho para o público externo, será avaliada, subjetivamente, pelo Superintendente Regional do DPF/MA, no que diz respeito às operações realizadas, haja vista os inquéritos instaurados estarem classificados como DELEFAZ.

#### **IV.2.6 – DELEMAPH**

Será avaliada pelo Superintendente Regional do DPF/MA, no que diz respeito às operações realizadas, de forma subjetiva, haja vista os inquéritos instaurados estarem classificados como DELEFAZ.

#### **IV.2.7 – NO**

Por se tratar de setor encarregado de operações não vinculadas a nenhuma Delegacia, será avaliada subjetivamente pelo Superintendente Regional do DPF/MA, devendo levar em consideração as atividades de controle de armas, munição e outras atribuições do NO.

#### **IV.2.8 – CUSTÓDIA**

Por se tratar de setor encarregado de cuidados com presos recolhidos ao xadrez desta Regional, bem como de condução de presos, será avaliada subjetivamente pelo Superintendente Regional do DPF/MA.

#### **IV.3 – DRCOR**

Por se tratar de setor regulador das atividades das Delegacias, a mesma será avaliada subjetivamente, pela chefia imediata, no relatório de gestão, isto é, pelo Superintendente Regional do DPF/MA.

#### **IV.3.1 – DELEPAT**

Será avaliada pelo Superintendente Regional do DPF/MA, no que diz respeito às operações realizadas, de forma subjetiva, haja vista os inquéritos instaurados estarem classificados como DELEFAZ.

#### **IV.3.2 – DELEARM**

Será avaliada pelo Superintendente Regional do DPF/MA, no que diz respeito às operações realizadas, de forma subjetiva, haja vista os inquéritos instaurados estarem classificados como DELEFAZ.

#### **IV.3.3 – DRE**

A produtividade indicará apenas a quantidade de IPLs instaurados e relatados anualmente, em comparação com o ano anterior, bem assim a quantidade de droga apreendida, e será também subjetivamente avaliada pelo Superintendente Regional do DPF/MA, no que diz respeito às operações realizadas.

#### **IV.4 – COR**

Por se tratar de setor correccional das atividades de toda a Superintendência, a COR, NUCOR e NUDIS, serão avaliados subjetivamente, pela chefia imediata, no relatório de gestão, isto é, pelo Superintendente Regional do DPF/MA.

#### **IV.5 – NIP**

Por se tratar de setor diretamente vinculado ao GAB/SR/DPF/MA, e responsável pelo assessoramento em matéria de informação e inteligência, será avaliado pela chefia imediata, isto é, o Superintendente Regional do DPF/MA, de forma meramente subjetiva.

#### **IV.6 – SETEC – LAUDOS**

O desempenho do SETEC/SR/DPF/MA, será apurado, comparando-se a quantidade de laudos emitidos no ano, com o ano anterior.

#### **IV.7 – SELOG**

Por se tratar de setor diretamente vinculado ao GAB/SR/DPF/MA, e responsável pela atividade meio do DPF, além dos dados que deverá fornecer para o relatório de gestão

previsto em leis e regulamentos, será avaliado, subjetivamente pelo Superintendente Regional do DPF/MA, bem como seus núcleos vinculados, isto é, NEOF e NAD.

#### **IV.8 – SRH**

O SRH será avaliado subjetivamente pelo Superintendente Regional do DPF/MA, visando definir seu grau de desempenho, visto tratar-se de atividade meio do DPF.

#### **IV.9 – NTI**

O NTI será avaliado subjetivamente pelo Superintendente Regional do DPF/MA, visando definir seu grau de desempenho, visto tratar-se de atividade meio do DPF.

### **V. DELEGACIAS DE POLÍCIA FEDERAL EM IMPERATRIZ E CAXIAS/MA**

Os indicadores das Delegacias de Imperatriz e Caxias/MA serão obtidos através da fórmula:

$$\frac{\text{IPL.R} + \text{IPL.PC} + \text{IPL.I}}{\text{IPL.AND}} \cdot 100 = \text{PROD\%}$$

IPL.R – Inquéritos relatados no ano

IPL.PC – Inquéritos c/Promoção cumprida no ano

IPL.I – Inquéritos Instaurados no ano

IPL.AND – Inquéritos em andamento no final do ano

PROD – Produtividade

Outrossim, serão subjetivamente avaliadas pelo Superintendente Regional, no que diz respeito ao desempenho por operações policiais realizadas.

#### **PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

Todos os chefes e responsáveis por setores deverão disponibilizar os dados necessários à elaboração de mapa anual desta Superintendência e das Delegacias em Imperatriz e Caxias/MA, até o último dia útil do mês de janeiro do ano subsequente para que se possa proceder ao Relatório de Gestão, no prazo regulamentar.

Ficam designados para coleta dos dados as Secretarias do GAB, DREX, DRCOR, COR, Chefe do SELOG, Chefes das DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA.

Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação em A.S, aplicando-se, no que couber, às DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

GUSTAVO FERRAZ GOMINHO  
Superintendente Regional  
SR/DPF/MA

### **2.4.3 – ANÁLISE DO DESEMPENHO**

Para cálculo do índice de desempenho na forma prevista na Instrução de Serviço nº 001/2007-SR/DPF/MA foram utilizados os dados objetivos disponibilizados pelos diversos setores e delegacias desta Superintendência Regional.



Os setores ou delegacias que não foram contemplados com índices objetivos de avaliação na IS 01/2007 tiveram sua produtividade aferida utilizando-se a metodologia de análise de campo.

#### 2.4.3.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO PARA O SERVIÇO PRESTADO AO PÚBLICO EXTERNO

Cinco setores prestam serviço diretamente ao público externo. São eles: Delegacia de Polícia de Migração – DELEMIG; Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP; Comissão de Controle de Produtos Químicos, ligada à Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE; Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM; e Núcleo Cartorário – NUCART.

##### 2.4.3.1.1 – DELEGACIA DE MIGRAÇÃO – DELEMIG

A DELEMIG expediu 5.914 (cinco mil e novecentos e quatorze) passaportes comuns, o mesmo número de passaportes requeridos, alcançando uma produtividade de 100%, seguindo a fórmula da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, no seu item III 1.1.

Comparando-se com os números de 2008, houve uma pequena redução de 3% (três por cento) na quantidade de passaportes emitidos, visto que no ano passado foram emitidos 6.038 passaportes comuns. Esta redução foi causada pela diminuição da demanda do documento, mesmo assim, o índice do ano de 2009 foi maior que 2007, auge da crise econômica mundial.

##### 2.4.3.1.2 – DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA – DELESP

Neste exercício a DELESP expediu 246 (duzentas e quarenta e seis) portarias e 70 (setenta) certificados. Todos os requerimentos foram atendidos no prazo, de forma que a mesma atingiu uma produtividade de 100%, segundo a fórmula constante do item III.1.2 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA. Foram expedidas mais portarias que o ano passado (216) ocasionando um aumento de 14% na produtividade.

#### 2.4.3.1.3 – COMISSÃO DE CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS

A Comissão de Controle de Produtos Químicos, ligada à Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE, atendeu 46 requerimentos, mesmo número de requerimentos ingressados, o que resulta numa produtividade de 100%, de acordo com o item III.1.3, da já citada IS, havendo recolhido em taxas o valor de R\$ 39.300,00 (trinta e nove mil trezentos reais), mais que no ano de 2008.

#### 2.4.3.1.4 – DELEGACIA DE REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS – DELEARM

Recentemente a DELEARM passou a ser responsável pela execução das atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Armas – SINARM.

Foram emitidos 4.109 registros, número quase 4 (quatro) vezes maior que o ano anterior e expedidos 60 portes de armas contra 24 em 2008, fruto da Campanha “Minha Arma Legal”.

#### 2.4.3.1.5 – NÚCLEO CARTORÁRIO – NUCART

O Núcleo Cartorário expediu 3.115 certidões de antecedentes criminais. Esse número corresponde a 95% (noventa e cinco por cento) de produtividade, visto que o número de requerimentos ingressados foi 3.282. Dessa forma, o NUCART atingiu uma ótima produtividade, de acordo com a fórmula do item III.1.4 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, mas a demanda do documento diminuiu 57%, visto que no ano passado foram emitidas 7.564. Não houve arrecadação pelas certidões expedidas, tendo em vista que as referidas certidões são gratuitas, na forma prevista na Constituição Federal.

#### 2.4.3.2 – RESULTADO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO PARA O SERVIÇO PRESTADO AO PÚBLICO INTERNO

A Delegacia Regional Executiva – DREX, por se tratar de setor regulador das atividades das delegacias, de acordo com o item IV.2 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, é avaliada subjetivamente pelo gestor, utilizando-se do método de análise de campo. Nesse modo, a DREX desenvolveu satisfatoriamente suas atividades, principalmente considerando-

se o reduzido quadro de policiais, adotando importantes medidas de gestão, tendo por objetivo a padronização de procedimentos e redução de trabalhos em duplicidade.

Uma ação importante iniciada pela DREX e executada na SR/DPF/MA foi o *Projeto COPAS* (formado pelas iniciais de Concentrar, Organizar, Padronizar, Agir e Solucionar). O projeto visou resolver o problema do elevado número de inquéritos policiais que tramitavam na Unidade, quer seja, aproximadamente 5.000 IPLs. Este número está muito acima da capacidade de solução das investigações em prazo razoável e eficiente, almejado pela Polícia Federal. Essa excessiva quantidade de inquéritos policiais chegou ao ponto de inviabilizar os trabalhos de análise necessários a uma pertinente investigação policial, impulsionando as autoridades policiais, face à compressão do prazo para a conclusão dos feitos, agravada pelos consideráveis dias em que são realizadas viagens a serviço (especialmente no cumprimento de ordens de missão policial), bem como desempenhadas atividades administrativas relacionadas às chefias dos setores ou delegacias, e, ainda, as inerentes à especialidade da delegacia. As medidas previstas no *Projeto COPAS* proporcionaram o melhoramento da instrução dos inquéritos policiais, no que diz respeito à objetividade, celeridade, qualidade dos elementos de convicção indicativos da materialidade e autoria do fato investigado, ou de sua não ocorrência; a otimização de recursos pessoais, matérias e financeiros, entre outras perspectivas que surgiram durante a execução dos trabalhos.

O foco inicial do *Projeto COPAS* foi atingir os inquéritos policiais, os termos circunstanciados e as notícias de crimes, que não possuíssem ou necessitassem, de plano, de medidas cautelares judiciais, priorizando-se, destarte, os casos que demandassem diligências que permitissem a conclusão dos respectivos inquéritos em curto prazo, seguindo-se em ordem crescente de complexidade quanto à apuração.

A estratégia visou o imediato *desengarrafamento* causado pelo excessivo número de inquéritos em tramitação na SR/DPF/MA e em suas descentralizadas. O início dos trabalhos deu-se em 1º de julho de 2009 e durou 113 dias, finalizando em 21 de outubro. Neste período, houve um aumento de 49,12% na conclusão dos Inquéritos, em relação ao ano anterior, ou seja, em 2008 foram relatados no mesmo lapso temporal 285 IPLs, enquanto no referido período, foram relatados 425. O *Projeto COPAS* trouxe bons benefícios à Unidade, como maior capacidade de especialização dos procedimentos e atividades e aumento dos índices de conclusão dos inquéritos no período.

Vinculados à DREX encontram-se o Núcleo de Operações – NO que se destina, basicamente, à organização das escalas de serviço, condução de presos, reforço da custódia, guarda e manutenção do armamento e munição, assim como prestar reforço às delegacias. As atividades do NO foram desenvolvidas a contento no ano de 2009, merecendo destaque a relocação da grande maioria dos Agentes de Polícia Federal neste Núcleo.

De acordo com o item IV.3, a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR, por se tratar de órgão de setor regulador das atividades de suas delegacias subordinadas, não executando diretamente operações policiais, deve ser avaliada subjetivamente. No ano de 2009, a DRCOR esteve na linha de frente das operações desenvolvidas pela SR/DPF/MA, merecendo destaque as investigações nas áreas de combate ao tráfico de drogas, assaltos a bancos e corrupção nas administrações municipais, coordenando operações como a *Rapina III, IV e ORTHOPTERA*, anteriormente comentadas.

Na Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT, houve um aumento bastante significativo nos índices de produtividade dessa especializada, em relação aos inquéritos. Em 2008 seu índice era de 45%, passando para 184% em 2009. Foram realizadas algumas operações contra assaltos a banco, em parceria com o GPI, Grupo de Pronto Intervenção da SR/DPF/MA.

Quanto à Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM, não houve operações realizadas no período.

Na Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE, em relação a 2008, houve um aumento de 338% na apreensão de cocaína, pois naquele ano a Delegacia apreendeu 34,8kg, mas teve uma queda de 35% na apreensão de maconha, visto que no ano anterior foi de 414,4kg e em 2009 270kg.

À Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR compete atribuições relacionadas às atividades de polícia judiciária e disciplinar. Vinculadas à Corregedoria estão o Núcleo de Correições – NUCOR e o Núcleo de Disciplina – NUDIS. Conforme previsto no item IV.4 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, a Corregedoria deve ser avaliada de forma subjetiva na aferição de seu desempenho. A corregedoria desenvolveu importantes correições e procedimentos disciplinares em 2009, com auxílio da Corregedoria Geral de Polícia Federal, prestan-

do, também, assessoria jurídica necessária ao GAB/SR/DPF/MA, com desempenho positivo nesta Gestão.

O Núcleo de Inteligência Policial – NIP é um setor diretamente vinculado ao GAB/SR/DPF/MA e responsável pelo assessoramento do Superintendente Regional em matéria de informação de inteligência, tendo sob a sua responsabilidade investigações de caráter sigiloso. Na forma prevista no item IV.5 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, a avaliação do desempenho do setor deve ser realizada subjetivamente pelo gestor da SR/DPF/MA. Em 2009, o NIP desenvolveu adequadamente suas atividades, mesmo diante do reduzido quadro de servidores e equipamentos, contribuindo positivamente para deflagração de importantes operações policiais no Estado do Maranhão.

O Setor Técnico-Científico – SETEC, avaliado na forma prevista no item IV.6 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, emitiu em 2009, 647 (seiscentos e quarenta e sete) laudos periciais, um pouco menos que 2008. O SETEC tem prestado, ainda, apoio em diversos setores administrativos da SR/DPF/MA, tais como o Núcleo de Tecnologia da Informação e o Setor de Logística e Administração Policial.

O Setor de Administração e Logística Policial – SELOG, assim como seus núcleos subordinados, é avaliado de forma subjetiva, na forma prevista no item IV.7 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA. Entre as diversas atividades desenvolvidas pelo setor neste exercício, destacam-se a mudança da sede provisória da SR/DPF/MA e as aquisições visando o reaparelhamento da unidade. Avalia-se positivamente o desempenho do SELOG.

O Setor de Recursos Humanos – SRH, conforme previsto no item IV.8 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, deve ser avaliado subjetivamente. Ao SRH compete a execução de atividades da administração de pessoal. Tais atividades foram desenvolvidas satisfatoriamente no decorrer do ano, mesmo com o reduzido quadro de pessoal no Setor.

O Núcleo de Tecnologia de Informática – NTI, deve ser avaliado subjetivamente, na forma do item IV.9 da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA. O setor foi reestruturado em 2009. Houve ganho de equipamentos mais modernos e instalação de novos computadores. Por tal motivo, considera-se que seu desempenho foi satisfatório.

Em relação ao desempenho das Delegacias, a da IS nº 01/2007-SR/DPF/MA, prevê o cálculo do índice de produtividade tomando-se por base a quantidade de

inquéritos policiais relatados, com promoção cumprida, instaurados e em andamento. O quadro a seguir apresenta os referidos dados, bem como o índice de desempenho:

Quadro 25 – Estatística das Delegacias

DELEGACIA	IPL.R	IPL.PC	IPL.I	IPL.AND	PRODUTIVIDADE
DELEMIG	16	7	31	148	36,5%
DELEPREV	221	211	388	811	101%
DELEFAZ	323	190	269	2462	31%
DELINST	200	159	235	854	69,5%
DELESP	12	3	40	88	62,5%
DELEMAPH	6	10	91	238	45%
DELEPAT	80	15	115	114	184%
DELEARM	4	1	2	22	31,8%
GRFIN	1	6	17	34	70,6%
DRE	64	23	37	267	46%
DPF/CXA/MA	198	70	166	592	73,3%
DPF/ITZ/MA	294	133	204	656	96%

Legenda:

IPL.R – Inquéritos relatados no ano

IPL.PC – Inquéritos c/Promoção cumprida no ano

IPL.I – Inquéritos Instaurados no ano

IPL.AND – Inquéritos em andamento no final do ano

### 3 – RECURSOS HUMANOS

Quadro 26 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	Σ	Σ	<b>Não há informação<sup>1</sup></b>
Próprios	301	301	
Requisitados	-	-	
<b>Celetistas</b>	-	-	
<b>Cargos de livre provimento</b>	Σ	Σ	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
<b>Terceirizados</b>	60	60	
<b>Total</b>	361	361	

Fonte: SIAPE

<sup>1</sup> O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 27 – Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	294	29.965.532,01	-	114.042,17	25.569,64	482.972,99
2008	281	36.454.106,26	-	128.629,99	39.477,55	484.154,18
2009	309	39.687.410,58	-	139.739,23	122.037,21	465.342,20
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						

2007	-	-	-	-	-	-	-	
2008	-	-	-	-	-	-	-	
2009	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	-	-	-	-	-	-	-	
2008	-	-	-	-	-	-	-	
2009	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007	-	-	-	-	-	-	-	
2008	-	-	-	-	-	-	-	
2009	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	-	-	-	-	-	-	-	
2008	-	-	-	-	-	-	-	
2009	-	-	-	-	-	-	-	
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	34	R\$ 387.135,40	0	0,00	-	-	06	R\$15.537,49
2008	42	R\$ 622.492,06	0	0,00	-	-	08	R\$ 21.839,75
2009	52	R\$ 912.870,51	08	26.391,33	-	-	10	R\$ 45.876,16

Fonte: SIAPE



## **Considerações**

Analisando a composição do quadro de recursos humanos da SR/DPF/MA em 31/12/2007 (294 servidores), 31/12/2008 (281 servidores) e 31/12/2009 (301 servidores), observa-se que houve uma pequena variação no quadro, com redução de 2007 para 2008 e acréscimo de 2008 para 2009, sobretudo por causa do caráter nacional que o órgão apresenta, ou seja, é verificada a presença de remoções, além, de aposentadorias, exonerações e vacância por posse em outro cargo inacumulável, entre outros motivos que acabam fazendo com que essa variação percebida seja natural.

Fazendo a relação entre a composição do quadro de recursos humanos e a composição dos custos, observa-se que, ainda que tenha havido redução do número de servidores em 2008 em relação a 2007, os custos com pessoal continuaram a subir, isso se explica pelos reajustes concedidos pelo Governo Federal, frente às perdas salariais dos servidores (inflação acumulada, impostos, entre outros). Com a alteração da estrutura remuneratória dos servidores do PEC e o aumento do vencimento básico, em razão de incorporações, observou-se o aumento de alguns adicionais que incidem sobre o vencimento básico, porém, pelo mesmo motivo houve redução nos custos, referentes às indenizações, como no caso da indenização de auxílio transporte onde muitos servidores deixaram de perceber o Auxílio, tendo em vista o desconto, incidente sobre o vencimento básico, superar a despesa mensal com transporte coletivo.

A quantidade de recursos humanos desta Regional está aquém das necessidades, além disso, vale ressaltar que 55 servidores (em torno de 20% do quadro), entre servidores do PEC, APFs, EPFs e um DPF completaram tempo para aposentadoria, mas optaram por receber o abono de permanência e continuar na atividade, sem contar com aqueles que conseguem mudar de lotação por força de decisões judiciais, desfalcando ainda mais o já reduzido efetivo. O Departamento de Polícia Federal ainda não possui levantamento oficial quanto à quantidade ideal de servidores para seus quadros, mas pode-se afirmar que, para melhor adequar os quadros atuais e atingir o cumprimento da sua missão organizacional, seria necessário no mínimo dobrar o número de servidores policiais existentes nesta SR/DPF/MA.

A quantidade de servidores da área meio é crítica, carecendo de urgente concurso para suprir a demanda, ademais, alguns servidores do PEC pediram vacância em

razão de lograrem êxito em outros concursos. Há, também, problemas semelhantes nas Delegacias localizadas no interior do Estado (DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA), já que a Delegacia de Imperatriz possui somente 02 Agentes Administrativos e a de Caxias apenas 01. Para ajudar suprir a necessidade de servidores da área meio, seria necessária a admissão de mais 50% do quadro atual.

Considerando a capacitação de pessoal, a equipe de T&D trabalha com o cronograma da Academia Nacional de Polícia para suprir as necessidades de capacitação e à medida que surgem cursos de interesse da SR/DPF/MA, é feito um processo que é submetido à apreciação da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF, todavia, é feito planejamento anual.

A SR/DPF/MA, a partir de 2009, possui terceirizados nos serviços de telefonia, recepção, atendimento ao público, além da área de limpeza e conservação, que acabam contribuindo diretamente na produtividade dos servidores.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

#### **4 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

Não ocorreu no período.

## 5 – INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR – 2009

Quadro 28 – Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	116,82	-	-	-
2007	525,00	-	-	525,00
2006	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	2.421.307,87	(103.602,11)	2.115.438,31	202.267,45
2007	-	(38.242,22)	21.602,32	42.521,07
2006	-	(59.265,07)	-	-
<b>Observações:</b>				
No exercício de 2009, foi efetuado o pagamento de R\$ 2.213,96 referente ao Empenho 2007NE900175 com base no Parecer AGU/CGU/NAJ/MA N° 399/2009. Tal pagamento não foi efetuado antes, devido à empresa estar proibida de contratar com órgão público, sendo que o referido Parecer foi favorável ao pagamento.				

Fonte: SIAFI Gerencial

### Considerações

Geralmente, as despesas são inscritas em *Restos a Pagar* pelos seguintes motivos:

- Ausência de recursos financeiros;
- Ausência de recebimento de material;
- Documentação do fornecedor apresentada é insuficiente;
- Material apresentado em desacordo com edital de licitação; e
- Falta de entrega de material ou efetivação de serviços contratados.

Quando o problema que ocasionou a inscrição da despesa em *Restos a Pagar* é solucionado, a Unidade Gestora realiza o pagamento.

Considerando a mudança da sede da SR/DPF/MA, planejada a partir de 2008, foi necessária aquisição de materiais e contratação de serviços para sua efetivação. Com isso, houve aumento de despesas inscritas em *Resto a Pagar* (2008 para 2009), ocorrendo elevado impacto financeiro para pagamento das despesas no exercício de 2009.

As razões existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro são decorrentes de os fornecedores não sanarem as pendências que geraram as respectivas inscrições em *Restos a Pagar*.

## **6 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES**

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## **7 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

## **8 – FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



## **9 – RENÚNCIA TRIBUTÁRIA**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

## 10 – OPERAÇÕES DE FUNDO

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

## **11 – DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **11.1 – RECOMENDAÇÕES DA CGU**

Não houve recomendações da CGU no período, razão pela qual deixamos de apresentar o *Quadro 29 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências*.

### **11.2 – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**

Não houve determinações do TCU no período, razão pela qual deixamos de apresentar o *Quadro 30 – Relatório de cumprimento das deliberações do TCU*.

## **12 – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS EM 2009**

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

### 13 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELOS CONTRATOS E CONVÊNIOS

Quadro 31 – Declaração do Responsável pela Área de Contratos






DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código das UGs:</b>	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão		200079 (200388 e 200389)	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SI-CONV, esta Superintendência não firma convênios<sup>1</sup>, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<p><sup>1</sup> Salvo os convênios com Instituição de Ensino ou Agente de integração para concessão de estágio, conforme Lei nº 11.788/2008</p>			
<b>Local</b>	São Luís/MA	<b>Data</b>	29 de março de 2010
<b>Responsável</b>	João Braz Saraiva Matos Barros	<b>Matrícula nº</b>	14.714
	Célio Santana Lisboa		12.625





## 14 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Como síntese das atividades desenvolvidas pela SR/DPF/MA, podemos destacar no quadro a seguir, elaborado pela Comunicação Social desta Unidade, as principais notícias veiculadas na imprensa ao longo do ano de 2009, classificando-as em seus aspectos positivos (seta verde ascendente) e negativos (seta vermelha descendente).





Percebe-se que as ações da Polícia Federal no Maranhão reforçam a confiança e credibilidade que a instituição goza no âmbito nacional.





JANEIRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
14	↑ O fato foi divulgado dando caráter de confiabilidade aos trabalhos da PF.	PERÍCIA DE URNAS ELETRÔNICAS – Foi divulgado o laudo técnico que concluiu que “não foram identificados sinais de violação física nos lacres e nos componentes físicos das urnas eletrônicas recebidas” na cidade de Caxias-MA.  A perícia descartou todas as suspeitas de fraude nas urnas eletrônicas, no primeiro turno das eleições de 2008.	Houve divulgação por grande parte da mídia impressa e pelos sites regionais de notícia da internet. O fato foi citado em notas do TRE, na imprensa televisiva.
22	↑ Tal acontecimento teve grande repercussão devido à comoção causada pela destruição das urnas e prédios públicos promovida por aglomerações na época da eleição.	INQUÉRITOS ELEITORAIS - Repercussão da finalização dos trabalhos relativos aos IPL's eleitorais que investigaram os casos de vandalismos ocorridos nas eleições de 2008, nos municípios maranhenses de Benedito Leite (onde foram indiciadas 37 pessoas), Penalva, São Mateus, Santa Luzia e Zé Do-ca.	Houve divulgação em grande parte da mídia impressa, TV e sites de notícia na internet.
MARÇO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE





05 06 07 08 09 10 11	 <p>A Operação Rapina III foi a terceira de uma série de trabalhos realizados em conjunto pela PF, CGU e MPF (Rapina I, em 2007 e Rapina II, em 2008), que causaram impacto positivo para a PF perante a opinião pública em virtude de tratar de combate à corrupção envolvendo empresários, prefeitos, políticos, secretários municipais, membros das comissões de licitação e contadores, tema de grande interesse público.</p>	<p>OPERAÇÃO RAPINA III - No dia 05 de março, a PF deflagrou a Operação “Rapina III”, com o objetivo de desarticular uma quadrilha especializada em desviar verbas públicas, por meio de fraudes em licitações em diversos municípios maranhenses</p> <p>A operação foi realizada em conjunto com a CGU, contou com um efetivo de 200 policiais federais e 30 Analistas da CGU, teve o Apoio do MPF em Imperatriz/MA e da Procuradoria Regional da República em Brasília/DF. Foram cumpridos 27 Mandados de Prisão e 38 Mandados de Busca expedidos pelo TRF da 1ª Região.</p> <p>As investigações dão conta de que a organização criminosa movimentou cerca de R\$ 15 milhões em recursos federais.</p>	<p>Houve ampla divulgação em toda mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet), além de alguns órgãos da imprensa nacional. O fato repercutiu por vários dias seguidos, com entrevistas coletivas e em estúdios de TV.</p>
19	 <p>A manifestação do acusado colocou em dúvida as ações da PF. No dia 20 a PF publicou nota de desagravo às declarações de Lula Almeida.</p>	<p>OPERAÇÃO RAPINA – o Secretário de Administração de Imperatriz, Lula Almeida, um dos alvos da operação, publica nota na imprensa onde diz que foi vítima de uma acusação injusta e infundada. No dia seguinte, a PF publica nota atacando cada uma das argumentações do acusado.</p>	<p>A manifestação do acusado foi publicada em dois jornais impressos da capital, em uma emissora de TV e em rádios.</p>
11	 <p>Tal acontecimento repercutiu positivamente integrando um conjunto de notícias divulgadas em todo o País, devido ao fato da operação ser realizada em vários Estados concomitantemente.</p>	<p>CRIME AMBIENTAL - como parte da Operação Oxóssi, deflagrada em 09 Estados brasileiros, a PF prendeu, na capital maranhense, duas pessoas acusadas de fazerem parte de uma organização criminosa internacional que traficava animais silvestres para o exterior e para o comércio em feiras no Rio de Janeiro.</p>	<p>Houve divulgação em quase totalidade da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet), com repercussão inclusive na mídia nacional.</p>
13	 <p>Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.</p>	<p>ENTORPECENTES - A PF prendeu por tráfico uma mulher que distribuía merla, no Bairro de Fátima, em São Luís. As investigações comprovaram que ela atuava no narcotráfico naquele bairro e que guardava drogas em sua residência, de onde distribuía para outros traficantes da cidade. A mulher confessou o crime.</p>	<p>Houve divulgação por grande parte da mídia impressa, pelos rádios e pelos sites regionais de notícia da internet.</p>
17	 <p>O fato foi divulgado ressaltando a credibilidade do trabalho da PF, bem como o espírito de colaboração entre as instituições. Foi dada ênfase também às qualidades do retrato falado digital elaborado pela PF.</p>	<p>PF AJUDA NA INVESTIGAÇÃO DE RAPTO DE BEBÊ – A PF colaborou nas investigações referentes ao rapto de um bebê ocorrido dez dias antes na Casa de Misericórdia (maternidade pública da capital maranhense), minutos após o seu nascimento. A PF auxiliou a Polícia Civil na elaboração de um novo retrato falado da mulher que raptou a criança.</p>	<p>Houve divulgação por parte da mídia local de TV, rádio, impressos e sites de notícias regionais na internet.</p>




19	 A repercussão da imprensa foi direcionada para o posicionamento de responsabilidade ambiental adotado pela PF.	<p>AÇÃO AMBIENTAL - A SR/DPF/MA promoveu, como parte das ações integrantes do Programa de Neutralização das Emissões de Gás Carbônico do DPF, o plantio de 700 mudas em área degradada da Capital.</p> <p>Participaram da ação comunidades que residem no entorno da área contemplada com a ação, dentre as quais 50 crianças da Unidade de Educação Básica local, além de representantes do IBAMA, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da companhia Vale, além de 25 crianças de uma escola vizinha da SR/DPF/MA.</p> <p>A PF é instituição membro do Programa Brasileiro GHG Protocol - Greenhouse Gas Protocol, metodologia internacional mais usada por empresas para quantificar e gerenciar suas emissões de gases de efeito estufa.</p>	Houve divulgação por dois jornais impressos da capital e sites de notícia na internet.
24	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	ENTORPECENTES - A PF apreendeu aproximadamente 19,5 Kg de pasta-base de cocaína e prendeu três pessoas acusadas de tráfico de entorpecentes, na cidade de Santa Inês, interior do Maranhão. A droga estava acondicionada no interior de duas "falsas" bobinas de corda.	O fato foi noticiado nos jornais impressos, TVs e rádios locais, além de sites de notícias na internet.
ABRIL			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
06 09	 Tal acontecimento impactou positivamente devido ao fato de tratar-se de um caso de grande repercussão no Maranhão e do acusado estar foragido desde a época do crime (25 de maio de 1997).	<p>PRISÃO DE FORAGIDO - Resultado de uma ação de inteligência do Núcleo de Inteligência da SR/MA, a PF prendeu em Manaus/AM um homem que estava foragido da justiça do estado do Maranhão, há mais de 11 anos.</p> <p>Carlos Antônio Martins é acusado do assassinato do delegado Stênio Mendonça, caso de grande repercussão no estado. De acordo com as investigações, ele teria monitorado os passos da vítima e auxiliado na fuga dos assassinos.</p>	Houve divulgação toda mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
15	 A divulgação da campanha demonstrou o esforço da PF em atender ao cidadão, garantindo a todos o acesso aos benefícios oferecidos pela campanha.	<p>RECADASTRAMENTO DE ARMAS – A SR/MA fez ampla divulgação da Lei 11.922/09, que criou o novo prazo para o cadastramento de armas de fogo. A lei estabeleceu o prazo final de 31/12 para que os proprietários de armas regularizassem seus registros.</p> <p>Com a nova lei, os proprietários de armas de fogo encontraram uma série de facilidades para se legalizarem.</p>	Houve divulgação nos jornais impressos da Capital e em sites de notícia da internet. Foram veiculadas notas por duas emissoras de TV locais e por várias emissoras de rádio da capital.












15	 A repercussão foi positiva em devido ao fato da aprovação da população ao combate às máquinas de caça-níqueis.	CAÇA-NÍQUEIS - A Polícia Federal apreendeu e lacrou 61 máquinas de caça-níqueis que eram utilizadas na exploração de jogos ilegais, nas cidades de Caxias, Codó e Timon, no estado do Maranhão.	Houve divulgação por duas emissoras de TV e três jornais impressos da capital e por jornais e rádios da região dos cocais, além de sites na internet.
16	 O fato repercutiu positivamente devido à atenção pública destinada aos casos de vandalismos relacionados à eleição de 2008.	VANDALISMO – Durante vários dias uma equipe da PF permaneceu no Município de Centro Novo do Maranhão, cuja Prefeitura e Câmara Municipal haviam sido incendiadas. A ação tinha por objetivo reforçar a segurança e identificar os responsáveis pelos crimes (15 pessoas foram identificadas).	Houve divulgação em parte da mídia impressa e televisiva, em sites de notícia da internet e divulgação intensa em rádios.
28 29 30 01/ 05 02/ 05	 A Operação Rapina IV foi a quarta de uma série de trabalhos realizados em pela PF (Rapina I, em 2007, Rapina II, em 2008 e Rapina III, em 2009), que causaram impacto positivo para a PF perante a opinião pública em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo agentes públicos, tema de grande interesse público.	OPERAÇÃO RAPINA IV - A PF, em conjunto com a CGU e com o MPF, deflagrou a operação Rapina IV, com o objetivo de desarticular uma quadrilha especializada no desvio de verbas públicas nas cidades de Montes altos, São Pedro da Água Branca e Governador Edison Lobão, todas no interior do Estado do Maranhão. Cerca de 170 Policiais Federais, com apoio de 25 analistas da CGU deram cumprimento a 21 mandados de prisão, 42 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de condução coercitiva, expedidos pela Justiça Federal do Maranhão.  Durante as investigações foi apurado um desvio de cerca de R\$ 14 milhões de reais dos valores repassados pela união aos municípios.	Houve ampla divulgação de toda a mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet), além de alguns órgãos da imprensa nacional.  O fato repercutiu por vários dias seguidos.
MAIO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
18	 A divulgação do fato pela imprensa impactou positivamente devido à comoção causada pelo crime: o assassinato de uma menina índia de seis anos em um atentado no centro comunitário da aldeia Anajá, município de Arame, à 500 km da capital maranhense.	ASSASSINATO DA MENINA ÍNDIA - No dia 18, a PF prendeu o suspeito de ter assassinado uma criança de seis anos, no interior de uma aldeia indígena, em 05 de maio de 2008, na terra indígena Araribóia, município de Arame/MA.  O preso estava com mandado e prisão decretado desde junho de 2008 e foi preso quando compareceu à sede da PF para prestar depoimento em outro inquérito policial.	Houve divulgação em toda mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet), inclusive em sites especializados em assuntos relativos aos povos indígenas.

20	 O evento ganhou destaque pela mídia e refletiu positivamente devido ao fato da cidade de São Luis/MA possuir um vasto acervo arquitetônico, com mais de três mil e quinhentos imóveis tombados e de possuir o título de Patrimônio Histórico da Humanidade.	<p>I SEMINÁRIO NACIONAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO - A Divisão Nacional de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Polícia Federal realizou entre os dias 20 e 22, em São Luis/MA, o I SEMINÁRIO NACIONAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, cujo objetivo foi a capacitação e troca de informações sobre o tema, com a participação de servidores policiais e de membros de instituições voltadas à preservação do patrimônio histórico nacional.</p> <p>A programação científica contou com a participação de destacados palestrantes de diversos segmentos da comunidade jurídica brasileira.</p>	Houve divulgação em toda a mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet), além de alguns órgãos da imprensa nacional especialmente os que se dedicam à proteção ao patrimônio histórico.
26	 A ação causou impacto positivo em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo funcionários públicos, tema de grande interesse público. No caso, foi detectado inicialmente um prejuízo de R\$ 137.632,99, segundo analistas da Previdência Social.	<p>OPERAÇÃO GRANDE FAMÍLIA - A Força-Tarefa Previdenciária do Maranhão, composta pela PF, Ministério da Previdência Social e Ministério Público Federal, desencadeou a operação Grande Família, com a finalidade de reprimir o crime previdenciário no Estado do Maranhão.</p> <p>Foram cumpridos 11 mandados judiciais nas cidades de Pinheiro/MA e Cururupu/MA. Entre os presos havia uma servidora do INSS. As ações contaram com cerca de 40 (quarenta) policiais, além de 09 (nove) técnicos deslocados pelo MPS.</p>	Houve ampla divulgação em toda mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
29	 A inauguração do novo prédio da PF mostrou a toda a população as novas instalações da instituição, em um prédio de 4.800 m², adequadas às necessidades da PF, o que irá proporcionar melhor realização de suas atividades e atendimento ao público.	<p>INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE - Foi inaugurada a nova sede da PF no Maranhão. A cerimônia de inauguração ocorreu no estacionamento do novo prédio, às 9 horas, e contou com a presença do Diretor-Geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, do Superintendente Regional, Fernando Segóvia, do Prefeito de São Luís, João Castelo, do Governador em exercício, João Alberto, de representantes da Justiça e do Ministério Público, de servidores da SR/MA, além de representantes de outros órgãos.</p>	Houve divulgação em quase toda a mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
30	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	<p>ENTORPECENTES - PF apreendeu 50,5 quilos de cocaína e prendeu dois homens acusados de tráfico de entorpecentes no município de Itapecuru-Mirim/MA.</p> <p>A droga, que tinha como destino a cidade de São Luís e estava escondida dentro do pneu estepe de um caminhão.</p>	Houve divulgação em quase toda a mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
JUNHO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE





04	 Tal acontecimento repercutiu positivamente por fazer parte de um esforço conjunto para erradicação do comércio de medicamentos ilegais, que se revestem em verdadeiros venenos a população.	<p>OPERAÇÃO ANTÍDOTO - A PF, em conjunto com a ANVISA, desencadeou a operação antidoto, com o intuito de combater a falsificação de medicamentos e a venda de medicamentos contrabandeados e oriundos de cargas roubadas, na região de Imperatriz/MA.</p> <p>Foram apreendidos milhares de medicamentos e presas duas pessoas em uma ação que contou com a participação de mais de 50 Policiais Federais e com apoio de 25 servidores dos Órgãos Sanitários.</p>	<p>Houve divulgação por grande parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
05	 A repercussão da imprensa foi direcionada para o posicionamento de responsabilidade ambiental adotado pela PF.	<p>AÇÃO AMBIENTAL - A PF, juntamente com alunos e professores do curso de Agronomia da UEMA, promoveu no dia 5 de junho, dia Mundial do Meio Ambiente, a distribuição de mudas de plantas medicinais, ornamentais e frutíferas no São Luís Shopping Center, em São Luís/MA.</p> <p>A ação da PF complementou o Programa de Neutralização das Emissões de Gás Carbônico do DPF no Maranhão. A mudas distribuídas foram fornecidas pela Fazenda Escola da UEMA.</p>	<p>Houve divulgação por dois jornais impressos da capital e sites de notícia na internet.</p>
17	 Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	<p>OPERAÇÃO SATIVA I - A PF desencadeou, entre os dias 08 e 16, a Operação SATIVA I, que resultou na destruição de cerca de 21 mil pés de maconha e mais de 40 mil mudas da droga, em diversas regiões dos Estados do Maranhão e do Pará, incluindo áreas indígenas.</p> <p>Os trabalhos contaram com a participação de 70 policiais e com a utilização de 3 helicópteros da sua Coordenação de Aviação (CAOP), além de 20 viaturas.</p>	<p>Houve divulgação quase toda mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
17	 Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	<p>INCINERAÇÃO DE ENTORPECENTES - A PF realizou a incineração cerca de 250 kg de maconha e mais de 52 kg de cocaína. A maior parte da droga foi apreendida entre os anos de 2008 e 2009.</p> <p>Com base na Lei 11.343/2006, toda droga apreendida, depois de periciada, mediante autorização judicial, é incinerada.</p>	<p>Houve divulgação em 3 jornais impressos locais e em dois sites de notícias na internet.</p>



24	 A ação causou impacto positivo em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo funcionários públicos, tema de grande interesse público. No caso, o prejuízo estimado foi de aproximadamente R\$ 3,3 milhões aos cofres da União.	<p>OPERAÇÃO SENTENÇA II – A operação teve a finalidade de reprimir crimes previdenciários, na capital maranhense, através da identificação e indiciamento de mais de 100 beneficiários de pensões por morte e aposentadorias concedidas ilegalmente.</p> <p>Os trabalhos realizados envolveram cerca de 30 policiais federais, além da cooperação de funcionários deslocados pelo MPS.</p>	Houve divulgação em grande parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
26	 A divulgação do fato impactou positivamente pois mostrou o interesse a PF em reduzir o tempo de conclusão do inquérito finalizando-o na própria comarca para a qual ele deveria ser enviado.	<p>PF INOVA EM PROCEDIMENTO PERICIAL - Peritos da PF do Maranhão criaram um procedimento inovador para realizar o laudo definitivo de maconha no local da apreensão. Os testes foram realizados durante a Operação Sativa I, na base cartorária instalada nas imediações do local das roças da droga.</p> <p>Em operações anteriores os peritos restringiam-se a produzir laudos preliminares e laudos de local. Os laudos definitivos só eram produzidos posteriormente, no laboratório do Setec, na sede da Superintendência, em São Luís, o que implicava em uma maior demanda de tempo.</p>	Houve divulgação em dois jornais impressos locais e em quatro sites de notícias na internet
JULHO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
15 16 23	 Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em combater os crimes ambientais no Estado.	<p>OPERAÇÃO ARCO DE FOGO - A operação foi deflagrada no MA com o objetivo de reprimir e prevenir delitos ambientais, especialmente aqueles que envolvem o tráfico e a extração ilegal de madeira, assim como delitos na área de mineração, contra a fauna e demais crimes ambientais.</p> <p>Trata-se de uma operação permanente, que se instalou no estado devendo permanecer por um longo período, realizando várias ações.</p> <p>As ações são coordenadas pela PF, em parceria com a PRF, a Força de Segurança Nacional, o Ibama, o MPF, o MTE e a Funai.</p> <p>Inicialmente, a operação foi instalada no município de Santa Inês, a cerca de 200km da capital São Luís, mas depois passou a estender-se por toda a região ao entorno das Terras Indígenas Alto Turiaçu, Awá-Guajá e Carú.</p>	<p>Houve divulgação por grande parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet). Além de alguns órgãos da imprensa nacional.</p> <p>Foram realizadas entrevistas coletivas e ao vivo em estúdio em duas emissoras de TV locais.</p>

22 23	 <p>O impacto foi positivo devido ao fato de tratar-se de uma pessoa bastante conhecida na região envolvida em desvios de verbas públicas.</p>	<p><b>MALVERSAÇÃO DE VERBAS FEDERAIS</b> - Em cumprimento a um mandado de Prisão, decretado pela 1ª Vara da Justiça Federal no MA, a PF prendeu Adalva Alves Monteiro, presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (Ocema) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/MA), no Maranhão.</p> <p>Adalva é acusada de malversação de verbas federais e de promover ameaças de morte feitas por ela a funcionários do Sescoop e também da Controladoria Geral da União (CGU), vindos de Brasília.</p>	Houve divulgação quase toda a mídia local de TV e rádios e por todos os jornais impressos e por sites de notícia na internet.
AGOSTO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
10	 <p>A divulgação do acontecimento impactou positivamente, pois refletiu os esforços da PF para aperfeiçoar o atendimento ao público em busca da satisfação do cidadão</p>	<p><b>AGENDAMENTO DO PASSAPORTE - PF</b> implanta agendamento eletrônico para emissão do passaporte no Maranhão. Desde o dia 10 de agosto, os interessados em obter o novo passaporte emitido pela PF, no Maranhão, passaram a realizar o agendamento de seu atendimento via internet. O procedimento visa melhorar o atendimento do cidadão possibilitando uma previsão exata de data e hora em que será atendido.</p>	Houve divulgação parte da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
10	 <p>Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.</p>	<p><b>APREENSÃO DE ENTORPECENTES</b> – a PF apreendeu 200kg de maconha e prendeu 3 pessoas acusadas de tráfico de entorpecentes, na cidade de Pinheiro/MA. A droga estava sendo transportada do Pará para o Maranhão e estava escondida dentro de gavetas laterais de um caminhão.</p>	Houve divulgação parte da mídia local de TV e rádios e pela maioria dos jornais impressos e sites de notícia na internet.
11	 <p>A divulgação do evento gerou impacto positivo para instituição pois demonstrou os esforços da capacitação de seu efetivo e de integração com outras instituições para a troca de experiências no combate ao crime.</p>	<p><b>FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS POLICIAIS SOBRE TRABALHO FORÇADO INFANTIL</b> – Foi realizado em São Luís, entre os dias 11 e 14, o I Fórum de Desenvolvimento de Práticas Policiais sobre Trabalho Forçado Infantil. O evento foi promovido pela divisão de direitos humanos da Polícia Federal em parceria com a ICE (Immigration and Customs Enforcement).</p> <p>Foram capacitados 70 policiais de todo o país e 10 policiais estrangeiros, proporcionando o compartilhamento de experiências práticas, facilitando eventual cooperação internacional em investigações sobre o tema.</p>	Houve divulgação quase toda a mídia local de TV e rádios e por todos os jornais impressos e sites de notícia na internet.


11	 <p>A divulgação da apreensão gerou impacto positivo para instituição no que se refere ao combate ao crime de falsificação de cédulas.</p>	<p>CÉDULAS FALSAS – Foi presa uma quadri-lha suspeita de colocar em circulação cédulas de Real falsificadas, na Região Tocantina.</p> <p>Foram recolhidas R\$ 11 mil em cédulas de cem reais.</p>	<p>Houve divulgação por parte da mídia local de TV e rádios e pela maioria dos jornais impressos e sites de notícia na internet).</p>
12	 <p>Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em combater os crimes ambientais no Estado.</p>	<p>OPERAÇÃO ARCO DE FOGO – Centenas de metros cúbicos de madeira foram apreendidos e várias serrarias foram fechadas, na operação realizada pela Polícia Federal em parceria com o Ibama e a Força Nacional.</p>	<p>Houve divulgação em grande parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
13 14 15	 <p>A ação causou impacto positivo em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo funcionários públicos, tema de grande interesse público.</p> <p>No caso, um grande número de pessoas foram indiciadas (36).</p>	<p>OPERAÇÃO HEKET - A PF realizou a Operação Heket, com a finalidade de reprimir o crime previdenciário no estado do Maranhão. Foram instruídos 30 Inquéritos Policiais instaurados para apurar a concessão fraudulenta de salário maternidade rural na agência do INSS da cidade de Pedreiras/MA. Os trabalhos foram realizados nas cidades de Pedreiras e Coroatá/MA. Foram indiciadas 36 pessoas sendo um servidor do INSS, beneficiárias e intermediários.</p>	<p>Houve divulgação por parte da mídia local de TV, rádios, jornais impressos e sites de notícia na internet.</p>
18	 <p>Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em combater os crimes ambientais no Estado.</p>	<p>OPERAÇÃO ARCO DE FOGO - Dez pessoas foram presas em flagrante com armas e equipamentos para extração ilegal de madeira em uma área indígena. As prisões foram efetuadas por equipes da PF que realizam na Região Central do Estado, a Operação Arco de Fogo, de combate ao transporte e à retirada ilegais de madeira.</p>	<p>Houve divulgação em grande parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
18	 <p>Repercussão positiva das ações de combate aos crimes eleitorais.</p>	<p>CRIME ELEITORAL - A PF indiciou 120 pessoas sob suspeita de crime de inscrição fraudulenta de eleitor.</p> <p>As investigações dão conta de que os eleitores recebiam benefícios financeiros para fazer a transferência do domicílio eleitoral.</p> <p>Foram encontradas irregularidades nas cidades de Bacabal, Raposa, Paço do Lumiar, Pedreiras, Icatú, Morros, São José de Ribamar, Trizidela do Vale e Cachoeira Grande.</p>	<p>Houve divulgação em quase totalidade da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>







19	 Repercussão positiva das ações de combate ao tráfico de drogas promovidas pela PF no MA. No caso, a operação foi realizada em vários Estados concomitantemente e a repercussão também ocorreu nacionalmente.	<p>OPERAÇÃO FILHO PRÓDIGO - A PF desencadeou a operação “Filho Pródigo”, na capital maranhense, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa voltada ao tráfico internacional de cocaína.</p> <p>Cerca de 400 policiais federais cumpriram 52 Mandados de Prisão Preventiva e 73 Mandados de Busca e Apreensão, em 29 municípios, em vários Estados brasileiros. No MA, foram cumpridos 3 mandados de prisão e 2 de busca e apreensão, na capital do Estado e na cidade de Imperatriz/MA.</p>	Houve divulgação em quase totalidade da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet), com repercussão inclusive na mídia nacional.
30	 A matéria publicada impactou negativamente pois apontava falhas que o repórter acreditava haver no procedimento dos peritos que estavam no local. A matéria repleta de informação inverídicas foi contestada por resposta da PF publicada na edição do jornal no dia seguinte.	<p>OPERAÇÃO NO AEROPORTO – Peritos da SR/MA realizaram procedimento padrão para retirada de “objeto achado” no aeroporto Cunha Machado, na Capital maranhense. Tudo ocorreu dentro da normalidade e seguindo todos os padrões de segurança exigidos para a situação.</p> <p>Um jornalista de um jornal impresso estava presente no local e, como não conseguiu obter informações acerca do procedimento, pois os peritos não podiam interromper o processo para responder seus questionamentos, foi publicada uma matéria especulativa, com conclusões precipitadas tiradas por não-especialistas no procedimento.</p>	Matéria publicada apenas no Jornal Pequeno, jornal impresso da capital do Estado.
SETEMBRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
06	 Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato de tratar-se de um caso que envolve a saúde pública.	<p>FALSO MÉDICO - A PF prendeu no município de Nova Iorque, a 570 km da capital maranhense, um falso médico que atuava em vários municípios da região.</p> <p>O preso se passava por médico, utilizando diploma falso da Universidade Federal do Maranhão e número do CRM maranhense.</p>	Houve divulgação por parte mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).
16	 Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato de reforçar a imagem dos bons trabalhos da PF.	<p>CONTRABANDO - A PF assume as investigações sobre um navio carregado de contrabando vindo da Ilha do Marajó, no Pará, que foi apreendido pela Polícia Militar, na cidade de Carutapera, no litoral norte do Maranhão.</p> <p>Cinco pessoas foram presas. Os produtos transportados foram fabricados na Coreia.</p>	Houve divulgação em parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).




23 24 25	 <p>A ação causou impacto positivo em virtude de tratar de combate à corrupção, envolvendo funcionários públicos, tema de grande interesse público.</p> <p>O prejuízo aos cofres da União, inicialmente detectado, foi de R\$ 1.106.832,82.</p>	<p>OPERAÇÃO ERVA DANINHA – A operação foi desencadeada pela Força-Tarefa Previdenciária do Maranhão (FTP/MA), composta pela PF, pelo MPS e pelo MPF, com a finalidade de reprimir o crime previdenciário no Estado.</p> <p>Foram cumpridos 28 mandados judiciais, nas cidades de Chapadinha/MA, Brejo/MA e São Luís/MA.</p> <p>Estiveram envolvidos na execução da operação cerca de 72 policiais federais e 11 técnicos deslocados pelo MPS, além de 03 servidores administrativos da PF.</p>	<p>Houve divulgação em quase totalidade da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet) e em alguns órgãos da mídia nacional.</p>
OUTUBRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
02	<p>Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.</p>	<p>ENTORPECENTES – A PF apreendeu, na cidade de Imperatriz-MA, aproximadamente 7,3kg de pasta-base de cocaína. Além da droga foi presa uma mulher acusada de tráfico de drogas.</p> <p>Os policiais chegaram à droga durante uma fiscalização de rotina realizada em um ônibus de turismo oriundo de Goiânia/GO.</p>	<p>Houve divulgação em parte da mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
08 09	 <p>Tal acontecimento repercutiu positivamente por fazer parte de um esforço conjunto para erradicação do comércio de medicamentos ilegais, que se revestem em verdadeiros venenos para a população.</p>	<p>PF FECHA FÁBRICA DE MEDICAMENTOS - Em uma ação conjunta, a PF, a ANVISA, a SUVISA e o CRF/MA fecharam o laboratório Hensa-Farma, na capital maranhense, que produzia e comercializava clandestinamente 39 tipos de medicamentos fitoterápicos.</p> <p>As ações fizeram parte da Operação Antídoto II, cujo objetivo foi combater a falsificação e o comércio de medicamentos sem registros junto à ANVISA.</p> <p>Foi apreendida cerca de uma tonelada de medicamentos prontos e mais de 500 quilos de matéria prima para produção das cápsulas. O dono do estabelecimento foi preso em flagrante.</p>	<p>Houve divulgação em quase toda a mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>



27	<p>Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato do Maranhão, Pará e Piauí terem sofrido nos últimos anos um grande número de ocorrências de assalto a banco, crimes executados de forma a deixar aterrorizada população que sofre a violência.</p> <p>Ademais, o fato foi divulgado dando ênfase ao abortamento do crime e à parceria entre várias instituições policiais para o combate ao crime.</p>	<p>ASSALTO A BANCO - Uma ação conjunta das polícias Civil do Piauí, Civil e Federal do Maranhão e do Centro de Inteligência do Maranhão, dia 26, em Teresina, resultou na prisão de uma quadrilha formada por oito integrantes que já havia realizado assaltos a banco em Belém, Piauí e Maranhão.</p> <p>De acordo com as investigações, a intenção do grupo era assaltar uma agência bancária em Duque Bacelar/MA. Além da prisão foram apreendidas várias armas: dois fuzis mosquefal calibre 762, uma escopeta calibre 12, duas pistolas 380, um revólver 44, munições 765, 9mm, ponto 40 e balas ponto 30, iguais às que derrubaram o helicóptero da Polícia do Rio de Janeiro, além de dois veículos, um Siena, da Fiat, e um Honda Civic.</p>	<p>Houve divulgação em quase toda a mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
NOVEMBRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE
08	<p> Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em facilitar ao cidadão a participação na campanha, levando o serviço de cadastramento a cidades distantes das unidades da PF no MA.</p> <p>A notícia foi divulgada desde o mês de outubro, mas foi reforçada no dia que a caravana chegou à cidade de Pinheiro.</p>	<p>MINHA ARMA É LEGAL - A PF, em parceria com o COMEN, promoveu a interiorização do cadastramento ou entrega voluntária de armas de fogo em cidades do interior do Estado, por meio de caravanas que percorreram, entre os dias 08 e 14 de novembro, as cidades de Pinheiro, Chapadinha e Santa Inês, no estado do Maranhão.</p> <p>As ações foram desenvolvidas com apoio das Polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal, além das prefeituras dos municípios visitados. As caravanas permaneceram dois dias em cada cidade.</p>	<p>Houve divulgação em quase toda a mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet). Destaca-se a participação do Superintendente da PF em entrevistas ao vivo em jornais televisivos locais.</p>

10	 Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em combater os crimes ambientais no Estado.	<p>GARIMPO ILEGAL / OPERAÇÃO ARCO DE FOGO- A PF, o IBAMA, a Força Nacional de Segurança (FNS), a FUNAI e os Batalhões de Polícia Ambiental das PM's do Maranhão e Goiás, realizaram uma ação conjunta que resultou no fechamento de um garimpo ilegal de ouro, localizado nas proximidades da Terra indígena Alto Turiaçu, no Município de Centro do Guilherme, no Maranhão.</p> <p>O garimpo, que funcionava em plena Amazônia Legal, estava ativo há cerca de seis meses e chegou a contar com aproximadamente 400 pessoas retirando ouro ilegalmente da área.</p> <p>Segundo dados preliminares avaliados pela perícia da PF, a área danificada teria o equivalente a quatro estádios do maracanã. Na ação foram presas oito pessoas, dentre as quais, o vice-prefeito do município de Centro do Guilherme/MA.</p>	<p>Houve divulgação por grande parte da mídia local, especialmente a mídia impressa, além de algumas inserções na mídia nacional.</p>
11	 A repercussão do novo serviço associa a imagem da PF ao combate de crimes como a pedofilia, genocídio e outros que violam os direitos humanos.	<p>CRIMES NA WEB – A PF criou um serviço de denúncias online específicos para crimes de pedofilia, genocídios e outros que violam os direitos humanos.</p> <p>A iniciativa faz parte do projeto Anjos na Rede, fruto de uma parceria entre a PF, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e a ONG SAFER-NET e tem por objetivo agilizar as denúncias possibilitando um aceleração dos procedimentos de identificação da autoria e preservação dos indícios dos crimes.</p>	<p>Houve divulgação por parte da mídia local televisiva e de rádio e pela grande maioria da mídia impressa e de site de notícias locais.</p>
12	 Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA.	<p>ENTORPECENTES – A PF prendeu em flagrante, no último dia 11, na capital maranhense, um casal por tráfico de entorpecentes.</p> <p>Eles foram flagrados na posse de 5 kg de cocaína, no bairro da Vila Nova. A cocaína apreendida vinha da Bolívia.</p>	<p>Houve divulgação por quase toda a mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
12 13	 A ação repercutiu positivamente devido ao fato do suspeito já ter sido preso em outra operação da polícia e ser bastante conhecido na cidade de Imperatriz/MA	<p>PRISÃO DE FALSIFICADOR - A PF prendeu, na cidade de Imperatriz/MA, um homem suspeito de clonar os documentos de um veículo.</p> <p>Ele foi considerado pela Polícia Federal um dos líderes da Operação Galáticos, que, em 2007, prendeu vários de <i>hackers</i> em Imperatriz.</p>	<p>A ação foi divulgada por quase toda a mídia da região tocantina e por alguns órgãos da capital.</p>


17 18 19 20 21 22 23	<p>↑ A Operação ORTHOPTERA foi a quinta de uma série de trabalhos realizados em conjunto pela PF, CGU e MPF (Rapina I, em 2007, Rapina II, em 2008 e Rapina III e IV, em 2009), que causaram impacto positivo para a PF perante a opinião pública em por tratar de combate à corrupção, envolvendo agentes públicos, tema de grande interesse público.</p> <p>Conforme apurado pela PF e CGU, em 5 meses de 2008, a organização criminosa movimentou cerca de R\$ 5 milhões somente em recursos da Educação, sendo esse montante em quase sua totalidade desviado com as fraudes.</p>	<p>OPERAÇÃO “ORTHOPTERA”, A PF e a CGU deflagraram a Operação “ORTHOPTERA”, com o objetivo de desarticular mais uma quadrilha especializada em desviar verbas públicas no estado do Maranhão.</p> <p>A operação contou com aproximadamente 100 policiais federais e 11 Analistas da CGU, teve o Apoio do MPF e MPE e deu cumprimento a 24 Mandados de Prisão e 15 Mandados de Busca expedidos pela justiça federal.</p> <p>O grupo realizava fraudes em licitações em diversos municípios maranhenses e era formado por empresários, pela ex-prefeita do município de Alcântara e por membros das comissões de licitação e sindicância.</p>	<p>A operação foi amplamente divulgada por quase todos os órgãos de imprensa locais e obteve repercussão nacional.</p> <p>O assunto ficou, por vários dias repercutindo na mídia local.</p>
18	<p>↑ Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em combater os crimes ambientais no Estado.</p>	<p>ARCO DE FOGO – A PF prendeu o prefeito da cidade de Buriticupu, Antônio Marcos de Oliveira, o “Primo”, por desacatar um Delegado de Polícia Federal.</p> <p>Ele é acusado de grilar uma área de terra e expulsar trabalhadores rurais com ajuda de pistoleiros. O pedetista foi denunciado pela Cáritas Brasileira, braço da Igreja Católica, de ameaçar membros da instituição que denunciam crimes ambientais por extração ilegal de madeira na região de Buriticupu</p>	<p>A ação foi divulgada por quase toda a mídia da região tocantina e por vários órgãos da capital.</p>
27	<p>↑ Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição em combater os crimes de assalto a banco no interior do Estado.</p>	<p>ASSALTANTES DE BANCOS - Operação Conjunta da Polícia Federal e da Delegacia Estadual de Investigações Criminais da Polícia Civil do Maranhão resultou na prisão de mais três assaltantes de Banco, no interior do Maranhão.</p> <p>De acordo com as investigações, a quadrilha planejava realizar um assalto à agência dos Correios da cidade de Mirinzal ou Cururupu.</p>	<p>Houve divulgação em quase totalidade da mídia local (imprensa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
DEZEMBRO			
DIA	CLASSIFICAÇÃO	NOTÍCIA	ALCANCE

03	 <p>Repercussão positiva das ações de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes promovidas pela PF no MA</p>	<p>PF APREENDE 52 KG DE COCAÍNA - A PF apreendeu 52 quilos de cocaína e prendeu uma quadrilha de cinco traficantes que atuava no bairro da Jordoa, na Capital Maranhense.</p> <p>Os policiais perseguiram os traficantes por quase dois dias. A droga foi encontrada embutida na lataria do veículo que trazia a droga do estado do Mato Grosso.</p>	<p>Houve divulgação por quase a toda mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
05	 <p>A divulgação da participação da PF na segurança das provas do Enem foi positiva no sentido de que apresentou a participação da PF como um fato que deu credibilidade e segurança ao certame.</p>	<p>ENEM/SÃO LUÍS – A PF participou do esquema de segurança do ENEM na capital maranhense, com cerca de 20 policiais que trabalharam de forma velada, misturados junto aos estudantes, acompanhando de perto todo o processo.</p> <p>Além da PF participaram da segurança a PM, com 451 policiais e a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.</p>	<p>Houve divulgação por praticamente toda a mídia local (impressa, TV, rádios e sites de notícia na internet).</p>
11	 <p>Tal acontecimento repercutiu positivamente devido ao fato refletir o esforço da instituição de facilitar ao cidadão a participação na campanha, levando o serviço de recadastramento a cidades distantes das unidades da PF no MA.</p>	<p>INTERIORIZAÇÃO DA CAMPANHA DO RECADASTRAMENTO DE ARMAS - A PF, em parceria com o COMEN, realizam a segunda fase da interiorização da campanha "Minha Arma é Legal", cujo objetivo é promover a interiorização do recadastramento de armas de fogo nas cidades de Barra do Corda, Grajaú e Balsas, no interior do Estado do Maranhão.</p> <p>As ações da campanha contam com apoio das Polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal, além das prefeituras dos municípios onde serão realizadas as atividades.</p>	<p>Houve divulgação por quase toda a mídia impressa e de rádio local e por algumas emissoras de TV locais.</p>

## 15 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL- MA	200388 - 200389
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li> <li>– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável:  GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8